



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

**A INDÚSTRIA DE TABACO E A SUA RELAÇÃO
COM A CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA EM
CANGUÇU-RS**

Edvaldo dos Santos Junior
Orientador: Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves

Campinas, 2020



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

**A INDÚSTRIA DE TABACO E A SUA RELAÇÃO
COM A CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA EM
CANGUÇU-RS**

Edvaldo dos Santos Junior
Orientador: Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves

Trabalho de Conclusão de Curso de Edvaldo dos Santos Junior, elaborado sob a orientação do Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves, com um dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Geografia.

Campinas, 2020

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Geociências
Cássia Raquel da Silva - CRB 8/5752

Si59i Santos Junior, Edvaldo, 1996-
A indústria de tabaco e sua relação com a concentração fundiária em Canguçu-RS / Edvaldo dos Santos Junior. – Campinas, SP : [s.n.], 2021.

Orientador: Vicente Eudes Lemos Alves.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

1. Tabaco. 2. Agricultura familiar - Canguçu (RS). 3. Concentração fundiária. 4. Economia agrícola - Canguçu (RS). 5. Fumo - Cultivo - Brasil, Sul - História. I. Alves, Vicente Eudes Lemos, 1967-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. III. Título.

Informações adicionais, complementares

Título em outro idioma: The relation between tobacco industry and the process of land concentration in Canguçu-RS

Palavras-chave em inglês:

Tabacco

Family farms - Canguçu (RS)

Land concentration

Agriculture - Economic aspects

Tabacco - Cultivo - Brasil, Sul - História

Área de concentração: Geografia

Titulação: Bacharel

Data de entrega do trabalho definitivo: 19-01-2021

AGRADECIMENTOS

A tentativa de agradecer a todas as pessoas que foram e que são importantes em minha vida me parece ser algo praticamente impossível de se alcançar, o que me deixa muito grato, pois tive a felicidade de conhecer muita gente boa pelos caminhos por onde passei. Já tendo em vista que o esforço de abarcar todos é hercúleo e inalcançável, vou aqui homenagear primordialmente os que, de alguma forma, estiveram mais ao meu lado durante minha caminhada.

Tendo em vista o que foi exposto, gostaria de agradecer meus pais, Rosangela e Edvaldo, por todo o apoio e incentivo aos estudos, desde o momento em que fui matriculado na EMEI Sabidinho, passando depois pela EM José de Anchieta, pela Etec Polivalente, pela Unesp de Rio Claro e pela Unicamp. Sem meus pais essa caminhada escolar e acadêmica não teria sido possível, e também sem os professores e amigos que conquistei em todas essas fases da vida nunca teria chegado ao ponto de estar aqui redigindo meu trabalho de conclusão de curso; tenho imensa gratidão a todas essas pessoas que tem exponencial importância em minha formação. Gostaria também de agradecer ao meu melhor amigo, verdadeiro amigo de fé, irmão camarada, Mateus, que sempre esteve disposto a me ouvir e me ajudar em todos os percalços da vida, sem ele de fato nunca teria chegado até aqui; muito obrigado, meu amigo.

Gostaria de agradecer ao Matheus Bueno, a Isabelle e ao Felipe, que me acolheram na chegada a Unicamp e que sempre me ajudaram a melhorar como pessoa bem como pesquisador, sem vocês esse trabalho também não seria possível. Ainda tenho que agradecer a professora Jane, que é grande amiga e inspiração para a vida; ao meu amigo e também professor de Geografia Lucas, que é outro exemplo para mim no assunto docência; ao meu amigo e também professor e bacharel em Geografia, Bryan, que me ajudou imensamente na elaboração deste trabalho e que é outro grande parceiro que levo da graduação para a vida. Deixo minhas considerações a república do Saci e a todos os meus companheiros com os quais iniciei meus passos na Geografia, vocês serão sempre lembrados com muito carinho.

Por fim, mas não menos importante, gostaria de agradecer ao meu orientador, professor e amigo, Vicente, que sempre acreditou em meu potencial, me orientou durante a graduação no projeto de iniciação científica, neste trabalho de conclusão de

curso e me deu exemplo de como ser professor. Devo registrar meu carinho e gratidão a todos os amigos da linha de ônibus 652 Unicamp, onde se deu grande parte da minha formação nos diálogos e debates acalorados com colegas; sem eles com certeza minhas idas e vindas de Sumaré para Campinas teriam sido extremamente deprimentes.

É com o coração repleto de gratidão e felicidade que ressalto novamente a impossibilidade de destacar todas as pessoas que participam(ram) deste constante processo que é minha formação, e com inspiração em Bakhtin que nos atenta que ninguém “fala sozinho”, ou seja, somos a soma de todos os indivíduos que nos compõem, deixo meus sinceros muito obrigado a todos e todas.

*“O correr da vida embrulha tudo.
A vida é assim: esquenta e esfria,
aperta e daí afrouxa,
sossega e depois desinquieta.
O que ela quer da gente é coragem.”
(João Guimarães Rosa.)*

RESUMO

Entre os Censos Agropecuários 2006 e 2017 do estado do Rio Grande do Sul, realizados pelo IBGE, notou-se que o município de Canguçu-RS se tornou o maior produtor de fumo do estado, este que por sua vez é o maior produtor nacional da cultura. No mesmo período também foi possível observar que houve redução no número de pequenos e médios estabelecimentos agropecuários, em especial, aqueles pertencentes ao estrato da agricultura familiar. Este fato chama a atenção, pois é notório, segundo a literatura, que o Sistema Integrado de Produção de Tabaco – SIPT –, forma como o trabalho é regulado na fumicultura onde há o estabelecimento de contrato direto entre agricultor e indústria, é reconhecido por gerar grandes endividamentos por parte dos agricultores familiares. Devido a isto, esse trabalho teve como principal objetivo analisar os dados do novo Censo Agropecuário (2017) aliado de levantamento bibliográfico bem como de notícias de diversos veículos de informação local para entender se está ocorrendo processo de concentração fundiária no município, tendo a organização do trabalho como principal agravante e as indústrias fumageiras como principais agentes.

Palavras-chave: Fumicultura; SIPT; Concentração Fundiária, Agricultura Familiar.

ABSTRACT

Between the 2006 and 2017 Agricultural Census conducted by IBGE about the state of Rio Grande do Sul, it was noted that the municipality of Canguçu-RS became the largest tobacco producer in the state, which in turn is the largest national producer of the crop. In the same period it was also possible to observe that there was a reduction in the number of small and medium agricultural establishments, especially those belonging to the family farming stratum. This fact draws attention, as it is well known in the literature that the Integrated Tobacco Production System – IPS – shows how the work is regulated in the tobacco industry, where there is the establishment of a direct contract between the farmer and industry, besides being recognized for generating large indebtedness on the part of family farmers. Because of this, the main objective of this work was to analyze data from the new Agricultural Census (2017), allied to an expressive bibliographic survey as well as news from various local information vehicles to understand if there is a process of land concentration in the municipality, with the organization of the work as the main aggravating factor and the tobacco industries as the main agents.

Keywords: Tobacco industry; IPS; Land Concentration, Family Agriculture.

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

AFUBRA – Associao dos Fumicultores do Brasil

CLT– Consolidao das Leis do Trabalho

DETRAE/MTE – Departamento de Erradicao do Trabalho Escravo

EPI – Equipamento de Proteo Individual

FECICAN – Feira do Comrcio, Indústria e Servios de Canguu

OIT – Organizao Internacional do Trabalho

MPT– Ministrio Público do Trabalho

PAM – Produo Agrcola Municipal

PDT – Psicodinmica do Trabalho

PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SNCR – Sistema Nacional de Crdito Rural

SINDITABACO – Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco

SIPT – Sistema Integrado de Produo de Tabaco

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatstica

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – estado do Rio Grande do Sul e em destaque o município de Canguçu.....	13
Figura 2 – Divisão distrital de Canguçu	14
Figura 3 – Colheita de fumo no município de Canguçu.....	17
Figura 4 – Empresas fumageiras que prestaram assistência a agricultores (2013-2014)	19
Figura 5 – Percentual do valor da produção das lavouras de Fumo (em folha) com relação às demais culturas temporárias em Canguçu-RS	26

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Fumicultura Sul-brasileira	9
Tabela 2 – Produção de fumo no município de Canguçu (2006 a 2019)	10
Tabela 3 – Índice de produtividade da lavoura de fumo (em toneladas) entre os anos de 2015 e 2019	11
Tabela 4 – Índice de área plantada com fumo (em hectares) entre os anos de 2015 e 2019.	12
Tabela 5 – Estrutura Fundiária e Relação de Mão de Obra Empregada na fumicultura em Canguçu-RS (2017)	15
Tabela 6 – Quantidade de Estabelecimentos Agropecuários no Município de Canguçu-RS com Relação ao Estrato da Agricultura Familiar.....	29

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	1
2 OBJETIVOS GERAIS	3
2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	3
3 METODOLOGIA.....	4
4 EVOLUÇÃO HISTÓRICO GEOGRÁFICA DA AGRICULTURA FAMILIAR SUL-RIO-GRANDENSE	5
4.1 Breve histórico da inclusão da cultura do Tabaco no Sul do país e em Canguçu.	7
4.2. Produção de fumo em Canguçu.....	10
4.3 A atual estrutura fundiária do município de Canguçu e sua relação com a fumicultura	12
5 O SISTEMA INTEGRADO DE PRODUÇÃO DE TABACO	17
5.1 Reflexos do SIPT.....	20
5.2 Relação entre o SIPT, trabalho infantil e condições análogas à escravidão.....	22
5.3 Fumicultura e agrotóxicos.....	24
6 A DEPENDÊNCIA DE CANGUÇU COM RELAÇÃO À CULTURA DO TABACO	26
6.1 Análise evolutiva da estrutura fundiária do município de Canguçu entre 2006 e 2017	29
6.2 A vulnerabilidade territorial.....	32
7 ESTADO MODERNO E A SUJEIÇÃO DO CAMPO AO CAPITAL TRANSNACIONAL	33
7.1 As novas relações de trabalho.....	35
7.2 Campo e relações de trabalho: uma reflexão teórica	36
7.3 Land Grabbing.....	37
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41

1. INTRODUÇÃO

O estado do Rio Grande do Sul é responsável pela maior produção nacional de fumo (IBGE, 2017), sendo o Brasil o segundo maior produtor mundial, ficando apenas atrás da China (FAOSTAT, 2018). No que tange a exportação do produto, o Estado brasileiro encontra-se na liderança (IDEM). Canguçu-RS, por sua vez, se destaca nesse cenário por representar a maior produção municipal de fumo do estado (IBGE, 2017), desta forma, nos chama a atenção por se caracterizar como uma região produtiva da cultura em questão.

O fumo, que é uma cultura nativa da América, representa historicamente importante setor econômico dentro da categoria das culturas temporárias no país (SILVEIRA, 2015) e atualmente se comporta como uma *commodity*, tendo seu valor estipulado nas bolsas de valores internacionais; escapa ao controle do lugar sua valorização ou desvalorização dentro da dinâmica econômica global. Diferente da soja ou do milho, também *commodities*, o fumo é cultivado principalmente em pequenas e médias propriedades (MANTELLI *et al.*, 2019) e o município em que o estudo se foca apresenta essa forma de organização.

A maior parte das propriedades que produzem fumo em Canguçu realiza o trabalho nos moldes da agricultura familiar, o que revela um importante aspecto de como a cultura se organiza no local. Outra característica importante é que as propriedades que fazem parte do estrato da agricultura familiar em Canguçu são, em sua maioria, minifúndios. É notável no município a grande presença dos estabelecimentos que se encaixam nessa estrutura de organização. Exemplo disso é o Projeto de lei 5. 018/19, que está em tramitação no Senado e tem como objetivo reconhecer oficialmente Canguçu como a capital nacional da agricultura familiar. (AGÊNCIA SENADO, 2019).

A indústria do fumo é a responsável pelo controle da cadeia produtiva no município – assim como no estado –, regulando o trabalho por meio do Sistema Integrado de Produção de Tabaco – SIPT. O SIPT se caracteriza pelo estabelecimento direto de contrato entre agricultor e indústria, estando esse formato de organização fortemente associado às causas que geram endividamento por parte dos agricultores. Outra questão emblemática ligada à forma como a indústria organiza o trabalho é o possível processo de tomada das terras dos produtores, como o caso noticiado no

município de Vale do Sol – RS, em que a fumageira Alliance One expropriou uma agricultora de suas terras como forma de pagamento de uma suposta dívida.

Segundo análise do Censo Agropecuário elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017, o município de Canguçu, além de ter se tornado o maior produtor de fumo do estado nos últimos anos, também apresenta redução no número de propriedades pertencentes ao espectro da agricultura familiar. Tendo em vista o cenário apresentado, este estudo teve como preocupação aprofundar-se tanto nos reflexos práticos da organização do trabalho no cotidiano das pessoas envolvidas com a cultura do fumo, quanto no entendimento se é estrutural a tomada de terras por parte da indústria. Além disso, buscou-se pistas que possam evidenciar como a dinâmica produtiva em questão organiza o uso do território no município de Canguçu.

É importante também salientar que o espaço será interpretado no presente estudo como indissociável da categoria tempo, e para isso utilizou-se como referencial teórico David Harvey (2006, p. 144), que propõe como método de análise o materialismo histórico-geográfico. Com esta proposta, Harvey (2006) salienta que se deve dar relevo à categoria espaço dentro da análise do materialismo histórico dialético, e é nesse caminho que se desenhou este estudo.

2. OBJETIVOS GERAIS

Entender qual a relação da cadeia produtiva do fumo no município de Canguçu, como um reflexo local de um movimento de concentração de terras observado no estado do Rio Grande do Sul, entre os censos agropecuários de 2006 e 2017.

2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- i. Estudar a cadeia produtiva do fumo, mais especificamente suas relações no município de Canguçu-RS
- ii. Entender quais movimentos podem levar à concentração fundiária
- iii. Estudar o que levou o município de Canguçu-RS a se tornar o maior produtor de Tabaco do Estado e, conseqüentemente do país
- iv. Entender quais são os reflexos práticos da relação entre o pequeno agricultor diretamente com a Indústria do Tabaco sem o amparo do Estado
- v. Realizar o levantamento das principais indústrias que compram de agricultores e/ou processam fumo atualmente no município Canguçu-RS
- vi. Levantar dados específicos dos estabelecimentos que produzem fumo no município de Canguçu-RS
- vii. Levantar informações sobre o impacto das relações no SIPT na vida dos trabalhadores(as)
- viii. Entender se há relação entre a cadeia produtiva do fumo e a concentração fundiária em Canguçu-RS
- ix. Elaborar uma série histórica de dados a respeito da evolução da cultura do fumo no município estudado

3. METODOLOGIA E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A metodologia da pesquisa teve como objetivo, por meio de análise do atual censo agropecuário do IBGE (2017) em relação ao anterior (2006), capturar os elementos que chamaram atenção no tocante a alterações na área e no número de estabelecimentos agropecuários que produzem tabaco no município de Canguçu-RS. Nesse sentido foram confeccionados gráficos e tabelas para melhor apresentação bem como compreensão dos dados analisados. Ademais, o trabalho se propôs a discutir as relações políticas da indústria no município, desvelando os possíveis movimentos que demonstrem consonância entre poder local e interesses particulares da indústria.

Além do que foi citado também foram feitos levantamentos de informações veiculadas nos meios de comunicação digital de diversas mídias sobre a cadeia do tabaco e seus reflexos nas relações de trabalho e produtivas no município em análise. Como não houve a possibilidade de realização de trabalho de campo, buscou-se junto a essas mídias, com o objetivo de enriquecer este trabalho, relatos e entrevistas com trabalhadores que vivem o dia-a-dia da produção de tabaco.

Vale ainda ressaltar que o método de pesquisa escolhido para abordagem dos dados é baseado no materialismo histórico-geográfico (HARVEY, 2006, p. 144), focalizando assim as relações dialéticas que se dão no espaço-tempo. As bases de dados utilizadas para construção do arcabouço teórico foram todas digitais, a exemplo a SciELO (Scientific Electronic Library Online) e a base de dados das bibliotecas da Unicamp (SBU). Esta atitude deveu-se a pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), que impossibilitou a visita presencial a bibliotecas por grande parte do ano de 2020.

4. EVOLUÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DA AGRICULTURA FAMILIAR SUL-RIO-GRANDENSE

Um dos esforços desta pesquisa foi o de tentar compreender a organização atual do espaço agrário canguçuense. Para isso, foi necessário realizar um levantamento bibliográfico para compor os elementos formadores do território sul-rio-grandense, tendo como ponto nodal compreender de forma geral a origem dos minifúndios e respectivamente da agricultura familiar no estado para que, posteriormente, pudesse haver melhor compreensão do processo no município, já que é através dessa estrutura fundiária que se realiza a cultura do fumo nos dias atuais.

A agricultura familiar¹ começa a ser instituída no sul do Rio Grande do Sul em meados do século XIX com a migração de europeus, em sua maioria italianos e alemães, que se dirigiram ao território com o objetivo de ocuparem os grandes latifúndios improdutivos, a partir dos quais havia se fundado a formação territorial inicial do estado (DAVID, 2005). Sendo assim, é importante ressaltar que a estrutura fundiária que deu origem aos minifúndios nasceu como um empreendimento colonizador que, para além de embranquecer a população brasileira, buscou tornar o campo sul-rio-grandense mais produtivo, pois os latifúndios com tradição na pecuária extensiva perderam, na época, espaço no mercado internacional, muito por conta do desenvolvimento da pecuária intensiva no Uruguai (DAVID, 2005).

A mão de obra imigrante então inicia o processo de diversificação de culturas no Rio Grande do Sul – isto é, instala a policultura –, além de criar gado leiteiro que serviria tanto para sua subsistência como para comercialização. Um fato importante de ser abordado é que esse novo processo colonial não se realizou em terras sem povoamento, pois, como aponta Müller (1998), o Estado brasileiro expulsou, por meio do uso da força, populações tradicionais e escravos libertos que já se encontravam instalados nas terras que deveriam ser ocupadas por colonos.

A situação relatada acima não significa que os colonos tiveram vida fácil. Foram instalados em áreas de até 25 hectares com baixa fertilidade – o que algumas vezes os levaram a passar fome –, além de não receberem apoio oficial significativo – falta de infraestrutura básica como estradas, escolas etc. (PAULILO, 1998). Aqueles que

¹ Wanderley (1999) "o conceito de agricultura familiar, (é) entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho na propriedade." (p. 3).

conseguiram sobreviver às restrições e não migraram para outros locais, após algumas décadas passaram a comercializar seus excedentes produtivos com os grandes centros dinâmicos do país, São Paulo e Rio de Janeiro (DAVID, 2005).

Porém, como ressalta Brum (1988), esse comércio inter-regional só foi possível mediante os comerciantes intermediários, que se apropriaram de parte da renda produzida pelos agricultores, realizando assim uma acumulação capitalista. Essa reflexão faz questionar se, com o passar dos anos, apenas se alteraram os agentes da exploração, pois o dito “novo” sistema integrado de produção parece apenas a apropriação da função pelo capital internacional, o que tornou mais complexo o processo.

Fator fundamental para que os excedentes produzidos no Rio Grande do Sul pudessem ganhar mercado internamente foi o desenvolvimento da cultura do café no Sudeste do país. Assim como as culturas associadas ao mercado internacional que se proliferaram no campo nacional nos dias atuais, a cultura cafeeira se expandiu e passou a abranger áreas antes ocupadas por cultivares alimentícios, reduzindo a produção de alimentos *in loco*, o que propiciou a formação de um novo mercado para os agricultores familiares do Rio Grande do Sul (DAVID, 2005).

O cenário apresentado acima não perdurou por muito tempo, pois durante o século XX houve retração da cultura cafeeira (DAVID, 2005), o que abriu espaço para que pudesse se desenvolver novamente no Sudeste a cultura de gêneros alimentícios, algo que se mostrou prejudicial para os agricultores sul-rio-grandenses que, como dito, haviam ocupado esse setor. Somou-se a este fato o esgotamento dos solos na área colonial do Rio Grande do Sul, provocado pelo uso de técnicas intensivas de cultivo, bem como os sucessivos fracionamentos de terra por herança, que contribuíram para tornar os agricultores familiares ainda mais vulneráveis (DAVID, 2005, p. 45).

O fato de o Sudeste se encontrar mais próximo do grande centro consumidor lançou o estado do Rio Grande do Sul em uma situação de crise, principalmente a parcela composta pelos pequenos produtores. Data também do fim do século XIX (SILVEIRA, 2015) e início do século XX o avanço da fumicultura na região, assim como sua implementação nos moldes do sistema integrado de produção de tabaco – SIPT.

4.1. Breve histórico da inclusão da cultura do Tabaco no Sul do Brasil e em Canguçu

Até 1810 era permitido pela Coroa portuguesa o plantio de tabaco apenas na Bahia, porém, a partir da abertura dos portos brasileiros, outras províncias internas puderam iniciar a produção da cultura; é neste momento que a fumicultura se instala no Sul brasileiro. No ano de 1850, apenas 40 anos após o início do cultivo na região, Rio Grande do Sul e Santa Catarina começaram a destacar-se no cenário nacional de produção de tabaco (SILVEIRA *et al.*, 2012).

Entre o fim do século XIX e início do século XX, os colonos de origem pomerana e italiana instauraram a policultura em terras canguçuenses, cultivando feijão, milho, trigo, abóbora, batata doce e batata inglesa, além da criação de animais (DUTRA, 2015). O autor atenta para o fato de que essa forma de ocupação das terras será responsável para que haja o predomínio da agricultura familiar no município, o que, como já foi discutido neste estudo, segue em linhas gerais o mesmo padrão da região Sul.

Faz-se importante ressaltar que o cenário mundial foi propício para que se pudesse desenvolver ainda mais a prática da fumicultura no Sul do país, pois o advento do cigarro nas primeiras décadas do século XX, aliado ao seu crescente consumo no mercado interno bem como no externo, deu relevância para a produção de tabacos claros cultivados na região, em detrimento do tabaco escuro destinado à produção de charutos que se cultivava no Nordeste brasileiro (ETGES, 1991). Mediante este cenário, a região Sul tornou-se, segundo dados do IBGE, o maior produtor de tabaco nacional a partir de 1940, posto que ocupa até os dias atuais.

Outro episódio importante ocorrido no século passado foi o fechamento de agroindústrias familiares que, por sua vez, absorviam cultivares produzidos em Canguçu – como marmelo e figo (SACCO DOS ANJOS, CALDAS, 2009) – para a produção de geleias e outros produtos alimentícios. Este fato ocorreu devido à crise do Estado desenvolvimentista e início de políticas neoliberais, o que reduziu ou extinguiu recursos destinados a esses produtores. Além disso, houve a constante realização de fiscalizações por órgãos estatais de ditos controles sanitários que também contribuíram para o fechamento dessas empresas (DUTRA, 2015). Toda essa conjuntura, de certo

modo, serviu como mais um preparativo para que a indústria do fumo pudesse encontrar em Canguçu condições favoráveis para sua ampliação.

Durante as décadas de 1980 e 1990, as unidades familiares canguçuenses, como indica Dutra (2015), em tentativa de resposta a crise, passaram a especializar sua produção em cultivos relativos à agricultura capitalista, como fumo, soja e leite (IDEM). A grande indústria internacional se aproveitou da fragilidade enfrentada pelos pequenos agricultores da região para agrupá-los a sua cadeia produtiva, oferecendo oportunidade de enriquecimento, mas com a finalidade real de acumular o máximo de capital possível. Os dados do Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais, conforme aponta Deser (2007, p. 24), corroboram com essa interpretação, já que o fumicultor brasileiro recebe 4,5 vezes menos do que recebe um fumicultor nos Estados Unidos, 7,5 vezes menos do que um fumicultor europeu e 13,7 vezes menos que um produtor da mesma cultura em território japonês.

Esses fatores revelam a condição periférica do Brasil em relação ao sistema mundo, condição essa que tem raízes históricas de exploração, pois, como reflete Galeano (2019, p. 19) “a história do subdesenvolvimento da América Latina integra [...] a história do desenvolvimento do capitalismo mundial”. Dessa forma, realiza-se a exploração da população dos países periféricos para que haja uma maior concentração de capital por empresas de países de centro da economia, ou seja, a precarização da vida de muitos para o benefício de poucos, mantendo assim a ordem mundial e social vigente (HERRERA *apud* DAGNINO, 2000).

Outro fato que reforça a questão apresentada é que, dentre os motivos que foram responsáveis por tornar o Brasil um país atrativo para a cultura do fumo, destacam-se: “(i) os custos de produção comparativamente baixos; (ii) o sistema de produção integrada, envolvendo contratos firmados diretamente entre agricultores e indústrias e (iii) a qualidade do fumo Virgínia produzido no Brasil” (VARGAS, 2005, p. 2). Esses atributos dotam o território de grande competitividade, tendo como reflexo a ascensão do país à posição de segundo maior produtor mundial de fumo, além de se tornar o maior exportador da cultura, com protagonismo da região Sul do país que, segundo dados do Censo Agropecuário 2017, responde por aproximadamente 97,4% da produção nacional de fumo.

A má qualidade do fumo não pode ser a questão chave para explicar os baixos preços que são pagos aos fumicultores brasileiros, o que corrobora com a interpretação desenvolvida no presente estudo de que essa seja uma questão profundamente associada à formação socioespacial e que tem relação com o desenvolvimento das negociações assimétricas do capitalismo no mundo.

Em relatório elaborado pela Deser em 2013, foi apontado que as empresas fumageiras se utilizam da valorização do preço do dólar para balizar o preço que irão pagar no fumo produzido pelos agricultores. Segundo a Deser (2013, p. 2):

Em anos em que o dólar aumenta e as empresas passam a ganhar mais, estas até pagam um preço até um pouco maior aos agricultores, mas reajustam os preços em intensidade bem menor que o reajuste em suas receitas. Esta é a lógica da empresa capitalista. Nada de espanto. Isto explica em grande parte o enorme lucro que as fumageiras têm no Brasil, transformando este num verdadeiro paraíso.

Tabela 1. Fumicultura Sul-brasileira

SAFRA	Famílias Produtoras	Hectares Plantados	Produção em Toneladas	Kg/ha	Valor (R\$/kg)	Total
1995	132. 680	200. 830	348. 000	1.733	1,55	539.400.000,00
2000	134. 850	257. 660	539. 040	2.092	2,00	1.078.080.000,00
2005	198. 040	439. 220	842. 990	1.919	4,33	3.650.146.700,00
2006	193. 310	417. 420	769. 660	1.844	4,15	3.194.089.000,00
2007	182. 650	360. 910	758. 660	2.102	4,25	3.224.305.000,00
2008	180. 520	348. 720	713. 870	2.047	5,41	3.862.036.000,00
2009	186. 580	374. 060	744. 280	1.990	5,90	4.391.252.000,00
2010	185. 160	370. 830	691. 870	1.866	6,35	4.393.374.500,00
2011	186. 810	372. 930	832. 830	2.233	4,93	4.105.851.900,00
2012	165. 170	324. 610	727. 510	2.241	6,30	4.583.313.000,00
2013	159. 595	313. 675	712. 750	2.272	7,45	5.309.987.500,00
2014	162. 410	323. 700	731. 390	2.259	7,28	5.321.932.174,00
2015	153. 730	308. 260	697. 650	2.263	7,13	4.976.704.200,00
2016	144. 320	271. 070	525. 221	1.938	9,96	5.230.364.810,00
2017	150. 240	298. 530	705. 930	2.365	8,63	6.090.633.962,38
2018	149. 350	297. 460	685. 983	2.306	9,15	6.278.431.840,85
2019	149. 060	297. 310	664. 355	2.235	8,83	5.863.792.410,17

Fonte: Afubra, 2019 (organizado pelo autor).

A tabela acima revela que, no geral, houve importante acréscimo na produtividade da lavoura de fumo no sul do Brasil, em especial a partir da década de 2000. Outro dado interessante diz respeito ao preço do quilo do fumo, que cresceu expressivamente em comparação ao valor pago em 1995, apesar de também apresentar alguma variação. Porém, como foi indicado anteriormente, infelizmente esse acréscimo no valor da cultura não é repassado aos agricultores, escancarando os altos lucros que as indústrias do fumo possuem em detrimento da reprodução dos produtores.

4.2. Produção de fumo em Canguçu

Agora é necessário abordar de maneira mais aprofundada, mediante a compilação de dados, como se comporta a produção de fumo em Canguçu (Tabela 2).

Tabela 2. Produção de fumo no município de Canguçu (2006 a 2019)

Anos	Produção em toneladas	Hectares plantados	Produtividade kg/ha
2006	25 005	11 366	2 199
2007	22 000	10 000	2 200
2008	16 547	7906	2 092
2009	17 255	8 908	1 937
2010	13 362	8 908	1 500
2011	17 816	8 908	2 000
2012	17 046	9 470	1800
2013	24 200	11 000	2 200
2014	24 200	11 000	2 200
2015	24 200	11 000	2 200
2016	24 200	11 000	2 200
2017	26 600	9 500	2 782
2018	21 197	9 905	2 140
2019	27 268	10 103	2 699

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal, 2020 (organizado pelo autor)

A tabela acima apresenta a variação, entre os anos de 2006 a 2019, da produção de fumo em toneladas, da quantidade de hectares plantados bem como a produtividade da lavoura de fumo no município de Canguçu. É possível observar que, de modo geral, a produtividade do município acompanha a produtividade da região sul, porém, no ano de 2017 houve importante crescimento neste índice, o que pode ajudar a explicar o motivo de Canguçu ter despontado como maior produtor de fumo do estado. Com relação à tecnologia empregada para se atingir esse índice de produtividade, não há na literatura nada específico acerca do tema, mas alguns jornais da região apontam que novas técnicas de irrigação e fertilização, conhecidas como fertirrigação, foram responsáveis por tal incremento produtivo².

Canguçu, segundo dados da Produção Agrícola Municipal (PAM) disponibilizados pelo IBGE, se torna o principal produtor de fumo do estado no ano de 2015, ultrapassando os municípios de Venâncio Aires, São Lourenço do Sul e Santa Cruz do Sul, todos pertencentes ao Rio Grande do Sul e que rivalizam pela posição de maior produtor de fumo do estado. Abaixo serão apresentadas tabelas comparativas entre os índices de área plantada e produtividade dos municípios citados.

Tabela 3. Índice de produtividade da lavoura de fumo (em toneladas) entre os anos de 2015 e 2019 em municípios do Rio Grande do Sul

Município	Ano				
	2015	2016	2017	2018	2019
Canguçu	2 200	2 200	2 782	2 140	2 699
Santa Cruz do Sul	2 099	1 840	2 359	2 000	2 300
São Lourenço do Sul	2 200	2 400	2 400	1 776	2 500
Venâncio Aires	2 300	1 850	2 350	2 250	2 250

Fonte : IBGE Produção agrícola municipal (organizado pelo autor)

² Disponível em: < https://www.agrolink.com.br/noticias/o-tabaco-em-cangucu--modernizacoes--desafios-e-expectativa-de-super-safra-para-este-ano_416380.html>. Acesso em 8 de outubro de 2020.

Tabela 4. Índice de área plantada com fumo (em hectares) entre os anos de 2015 e 2019 em municípios do Rio Grande do Sul

Município	Ano				
	2015	2016	2017	2018	2019
Canguçu	11000	11000	9500	9905	10103
Santa Cruz do Sul	6432	5690	6490	5300	5740
São Lourenço do Sul	10000	8500	8500	8500	9000
Venâncio Aires	10200	8600	9000	9000	9000

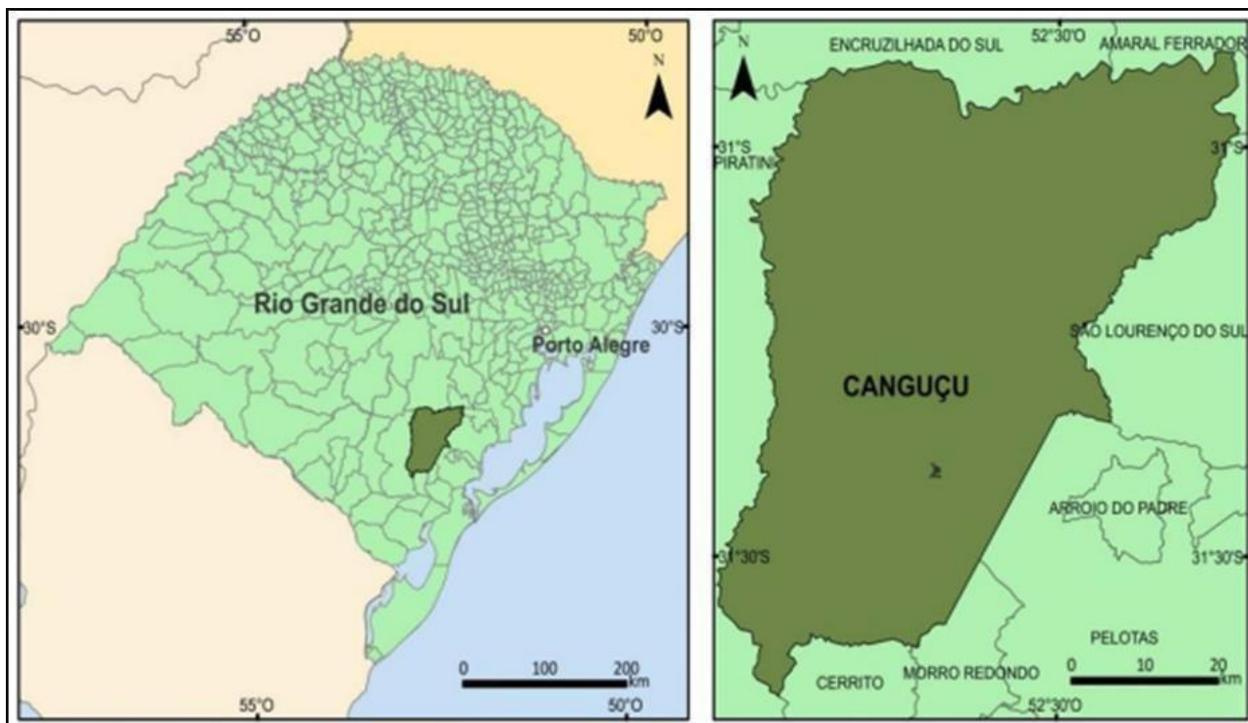
Fonte: IBGE Produção Agrícola Municipal (organizado pelo autor).

Analisando as tabelas acima, podemos evidenciar que, além do município de Canguçu possuir maior área plantada que os demais maiores produtores de fumo desde o ano de 2015, outro fato essencial para que conseguisse despontar na liderança na produção da cultura foi o considerável aumento na produtividade das lavouras. Deve-se pontuar que, nos anos de 2016 e 2018, quando os municípios de São Lourenço do Sul e Venâncio Aires, respectivamente, superaram os índices de produtividade canguçuenses, estes últimos possuíam menor área plantada, o que impacta no cálculo da métrica.

4.3. A atual estrutura fundiária do município de Canguçu e sua relação com a fomicultura

O município de Canguçu (Mapa 1) localiza-se na porção sul do estado do Rio Grande do Sul e tem como data de fundação 28 de janeiro de 1857. O território ocupa uma área de 3.518 km² e possui, segundo o Censo Demográfico IBGE de 2010, 53.259 habitantes, sendo que 63% deles residem na zona rural e os outros 37% na zona urbana do município (IBGE-2010).

Figura 1. estado do Rio Grande do Sul e em destaque o município de Canguçu



Fonte: IBGE, 2010 retirado de Winkel, 2017, p. 28.

Deve-se apontar que Canguçu possui divisão administrativa peculiar, já que seu território é dividido em 5 distritos, sendo que a zona urbana e sede municipal encontra-se no primeiro distrito. Dutra (2015) revela que existe vasta história de conflitos no interior dos distritos, o que deu origem a movimentos que tinham como finalidade alcançar a emancipação distrital.

último Censo Agropecuário realizado pelo IBGE (2017) apontam para essa forma de uso do território, como será apresentado na tabela abaixo.

Tabela 5. Estrutura fundiária e relação de mão de obra empregada na fumicultura em Canguçu-RS (2017).

Grupos de área total	Tipologia	
	Total	Agricultura familiar
Total	2939	2832
De 0,1 a menos de 10 ha	698	684
De 10 a menos de 50 ha	2083	2057
De 20 a menos de 50 ha	991	984
De 50 a menos de 100 ha	132	90
De 100 a menos de 200 ha	13	-
De 200 a menos de 500 ha	11	-
Acima de 500 ha	1	-

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2017

Como é apresentado na tabela, dos 2.939 estabelecimentos produtores de fumo em Canguçu, 2.832, ou seja, mais de 96% empregam mão de obra familiar no processo produtivo, e a maior parte dos estabelecimentos se encontra na faixa que vai até 20 hectares. É importante frisar que essas pequenas propriedades cultivadas pelo grupo da agricultura familiar (MANTELLI *et al.*, 2019) apresentam menor grau de capitalização, o que os obriga, muitas vezes, a recorrerem a créditos por meio de empréstimos com a indústria para tornar possível a realização de suas lavouras. A este respeito, Riggon e Bezerra (p.437) desvelam que “enquanto o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) recebeu em 2014 um orçamento de 21 bilhões de reais, o agronegócio contou com valores que chegaram à casa dos 156 bilhões”, ou seja, há pouco incentivo estatal com a finalidade de ajudar os pequenos agricultores, enquanto que ao agronegócio foi destinado um orçamento quase 8 vezes mais elevado.

Este cenário é favorável para que se desenvolva o Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT), que oferece então créditos aos agricultores e lhes garantem a compra de suas respectivas produções (RIQUINHO, HENNINGTON, 2016). O agravante são os termos envolvidos nesse sistema que leva os pequenos agricultores à sujeição, pois esses se deparam com uma relação deveras assimétrica com a indústria – que em alguns casos já foi responsável por expropriá-los de suas terras –, e os sindicatos (SINDTABACO, AFUBRA), os quais poderiam agir em favor dos agricultores, são patronais.

Com relação à cadeia estrutural de exploração na qual se insere o Sistema Integrado de Produção de Tabaco, David Harvey (2004) aponta que o declínio acentuado do valor pago às forças de trabalho é uma estratégia utilizada pelas grandes corporações para extrair o máximo possível da mais-valia em sua cadeia produtiva. O autor também aponta que esse processo é muito mais marcante nos países que se encontram na periferia do sistema mundo, o que caracteriza neocolonialismo (IDEM). Seguindo esse raciocínio, Harvey (2004) desenvolve o conceito de acumulação por espoliação, sendo essa a forma moderna a partir da qual as grandes corporações regulam o espaço do globo com a finalidade de maximizar seus lucros.

O Estado, segundo Harvey (2004, p.121):

(...) Com seu monopólio da violência e suas definições da legalidade, tem papel crucial no apoio e na promoção desses processos, havendo [...] consideráveis provas de que a transição para o desenvolvimento capitalista dependeu e continua a depender de maneira vital do agir do Estado.

Vargas e Oliveira (2012) apontam que apesar de o Brasil ser o maior exportador de fumo do mercado mundial, as exportações desse produto não representam uma participação expressiva na balança comercial brasileira, reforçando a questão dos baixos custos produtivos que a indústria encontra em território nacional, o que lhes permite maximizar seus lucros. É importante ressaltar que essa forma de uso do território pela indústria representa grande dependência para algumas áreas produtoras, como é o caso de Canguçu. Em entrevista veiculada pelo jornal Agrolink³ no ano de 2019, o prefeito do município relatou, por exemplo, que cerca de 42% do que retorna do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) é proveniente da comercialização do fumo. A grande questão posta aqui é que há relação temporal entre o aumento da fumicultura e a diminuição de pequenos e médios estabelecimentos agropecuários no município.

³ Disponível em: < https://www.agrolink.com.br/noticias/o-tabaco-em-cangucu--modernizacoes--desafios-e-expectativa-de-super-safra-para-este-ano_416380.html>. Acesso em 8 de outubro de 2020.

Figura 3. Colheita de fumo no município de Canguçu.



Fonte: DUTRA, 2015, p.118.

A foto acima apresenta um trabalhador que utiliza um carro de boi para realizar a colheita do fumo, evidenciando as condições rudimentares de trabalho, típicas na maior parte da rotina dos agricultores familiares que fazem parte da cadeia produtiva do fumo. (MURAKAMI *et al.*, 2017).

5. O SISTEMA INTEGRADO DE PRODUÇÃO DE TABACO

Dando sequência à análise, é necessário abordar com mais precisão a organização do SIPT. O Sistema Integrado de Produção de Tabaco se caracteriza pelo firmamento de contrato de forma direta entre indústria e o agricultor – trabalhador que, como foi apresentado, está inserido no grupo da agricultura familiar, na maioria dos casos –, não havendo, assim, nenhum vínculo empregatício legal e regulamentado pelo poder Estatal. A indústria se responsabiliza por fornecer as sementes, uma parte dos agrotóxicos e também empréstimos para que o agricultor, caso esse não tenha recursos, possa recorrer para construir o galpão e/ou a estufa de secagem, necessários ao processo produtivo – e que fica sob responsabilidade do agricultor sua construção (RIQUINHO, HENNINGTON, 2016) –, além de garantir a compra no final da produção.

Segundo Riquinho e Hennington (2016), apesar de ser apresentado pela grande indústria como sendo “um referencial no agronegócio e na agricultura familiar do Brasil [...] por primar pela sustentabilidade econômica, social e ambiental e o fortalecimento da cadeia produtiva, do produtor ao cliente final” (p. 3), o SIPT esconde por detrás do discurso uma série de problemas relatados às pesquisadoras por produtores rurais. Entre esses impasses se encontra o endividamento adquirido pelo agricultor familiar: ele recebe a semente e uma pequena quantidade de agrotóxicos financiados pela indústria, porém, o produtor deverá construir uma estrutura utilizada para secar e armazenar o tabaco com o próprio dinheiro, sendo que, muitas vezes, recorre à indústria para angariar os recursos necessários para a instalação dessa infraestrutura, aumentando a probabilidade de seu endividamento (RIQUINHO, HENNINGTON, 2016). É fortemente retratado na literatura que existem grandes possibilidades de endividamento atreladas ao SIPT, seja devido à necessidade de se contrair empréstimos para construção de galpões/estufas de secagem, seja devido ao processo de avaliação do fumo, que ditará o valor pago pelo produto e que cabe, vale ressaltar, apenas aos técnicos da indústria sua realização (SILVEIRA, 2015).

Ainda sobre a avaliação do fumo, Silveira (2015, p. 37) salienta que:

(...) para as empresas tabaqueiras, a classificação torna-se uma estratégia de controle da qualidade do tabaco a ser comprado, de definição do pagamento da produção do tabaco, e de subordinação econômica dos agricultores [...] inexistente uma efetiva fiscalização, ou mesmo o arbitramento necessário e independente da classificação praticada na entrega do tabaco, por parte de representantes do governo federal ou dos governos estaduais.
(p.36)

Na tabela abaixo (Figura 4) serão apresentadas as indústrias que atuaram em Canguçu prestando serviços de assistência técnica entre os anos de 2013 a 2014.

Figura 4. Empresas fumageiras que prestaram assistência a agricultores (2013-2014).

Nome fantasia	Instrutores
Alliance One Internantional	1
ATC- Associated Tobacco Company	1
China – Brasil Tabacos Exportadora S/A	Ñ informado
CTA - Continental Tobaccos Alliance S/A - Brasil	1
INTAB - Indústria de Tabacos e Agropecuária Ltda	1
JTI - Japan Tobacco International	3
Philip Morris International Brazil	2
Premium Tabacos do Brasil	2
Souza Cruz	7
Universal Leaf Tabacos Ltda	4
Total	22

Fonte: Escritório Afubra Canguçu, 2014, retirado de DUTRA, 2015, p. 125.

Mediante a análise da tabela, é possível observar que o grupo Souza Cruz possui a maior relevância dentre as empresas com atuação no município no quesito número de instrutores (7), seguido pela Universal Leaf Tabacos Ltda (4), pela Japan Tobacco Internacional (3) e, respectivamente, pela Premium Tabacos do Brasil (2) e Philip Morris International Brazil (2).

Dentre os fatores do modelo de regulação do trabalho nos moldes do SIPT, talvez o mais preocupante e relevante seja a ausência de regulamentação estatal do

trabalho, que deixa os agricultores em condições de vulnerabilidade frente a grande indústria multinacional. Nessa conjuntura, é possível conceber a relação entre a grande indústria e o trabalhador rural, característica do SIPT, como, de fato, assimétrica.

Essa estrutura de sujeição ainda apresenta mais um agravante: são os atravessadores ou intermediários que em muitos casos são ex-instrutores técnicos de empresas tabaqueiras, desempregados ou até mesmo aposentados, que possuem relações com produtores e que, por esse motivo, encontram facilidade para atuar no comércio do fumo (SILVEIRA, 2015, p. 37). Os atravessadores entram em cena se aproveitando justamente dos agricultores que, endividados, trabalham apenas para pagar a dívida que contraíram. Assim, os atravessadores apresentam uma possibilidade de os agricultores conseguirem alguma renda “por fora” do sistema. Porém, há indícios de que esteja ocorrendo, segundo Silveira (2015, p. 37), a “mobilização desses agentes, ainda que velada, pelas próprias empresas, na medida em que buscam assegurar o fornecimento do tabaco necessário”. Reforça-se então, de maneira ainda mais abrupta, o caráter exploratório do Sistema Integrado de Produção de Tabaco.

5.1. Reflexos do SIPT

Na cadeia produtiva do tabaco, encontramos condições de serviço precárias, como indica a notícia do jornal *The Intercept Brasil*, com o título “*Ela tinha uma falsa dívida com a fumageira Alliance One. Ainda assim, se matou*”⁴. Essa notícia traz a situação de uma mulher, produtora de fumo, que se suicidou após cobrança de dívida em forma de arresto – tomada de bens para garantir o pagamento da dívida –, sendo que uma comissão formada por deputados estaduais e federais gaúchos com o intuito de analisar notas fiscais referentes ao caso julgou-o como sendo indevido. Tal situação evidencia a influência e o poder local das indústrias de tabaco. Vale ainda ressaltar que, segundo Silveira (2015), o mercado do tabaco é extremamente oligopolizado, sendo assim controlado por um ínfimo número de corporações transnacionais, o que aumenta ainda mais o poder dessas. Esse contexto torna possível desvelar o que Becker (1986, p. 6) caracteriza como “o ressurgimento do território não apenas como espaço próprio do Estado-nação, mas sim dos diferentes atores sociais, a manifestação do poder dos atores sobre uma área precisa”.

⁴ Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/01/25/divida-fumo-alliance-one/>>.

Neste ponto, nos pareceu essencial buscar entender quais os reflexos práticos da organização do trabalho no SIPT na vida dos trabalhadores. Nesse sentido, De Castro *et al.* (2016) elaboraram um estudo em que, utilizando como referencial teórico a “Psicodinâmica do Trabalho” (PDT), buscou identificar os fatores que levariam os fumicultores a sofrerem, ou desfrutarem de prazer na organização do seu trabalho. Apesar de não se tratar de um estudo realizado especificamente no município que o presente trabalho se propõe a estudar, possibilita a aproximação do entendimento da situação vivida em Canguçu, já que ele também se encontra dentro da cadeia produtiva do fumo.

De Castro *et al.* (2016) relatam que foram identificados comportamentos nocivos relacionados à dinâmica de sofrimento a que são expostos os trabalhadores do setor, tais como: drogadição, trabalho infantil, violência doméstica contra a mulher, decorrentes da extrema cobrança e exploração. Já o prazer se daria na possibilidade de aumento da renda que poderia acarretar em melhores condições de vida, em geral. Infelizmente, segundo De Castro *et al.* (2016, p. 807):

Na busca pela garantia do lucro esperado com a safra – que requer um retorno financeiro justo por sua produção, o que raramente acontece –, os participantes-grupos de pessoas que foram entrevistadas para a elaboração do artigo referem ter raros momentos de lazer durante o ano.

Além disso, as autoras apontam que, para as pessoas entrevistadas, “o trabalho é significado como uma obrigação diária imprescindível e exaustiva: uma condição de status no trabalho que os fumicultores aprendem como estagnada desde a infância” (DE CASTRO *et al.*, 2016, p. 798). Tendo em vista a dinâmica abordada até aqui, é importante ressaltar os aspectos culturais que compõem o território, como indicado por Haesbaert (2004), que entende que esse conceito “pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (p. 79), apresentando a importância de dar relevo também a esta esfera nas análises que envolvem territorialidades.

Tudo leva a crer que coexistem nas relações de trabalho dos agricultores familiares sul-rio-grandenses, de maneira geral, questões étnico-culturais de valorização do trabalho (ETGES, 1991) e também culturais ao capitalismo, como bem pontua Souza Martins (1980, p. 156) quando discorre que:

A relação entre o trabalhador assalariado e o capitalista é uma relação alienadora: o trabalhador aliena a sua força de trabalho ao capitalista, entrega a sua capacidade de produzir ao capitalista. A ilusão de igualdade e equivalência que permeia essa relação de troca desigual, fazendo com que o que é produto do trabalho apareça como produto do capital (...) faz com que o trabalhador se defronte com a riqueza que ele mesmo produz, e que cresce sob forma de capital, como se ela fosse estranha a ele, alienada dele.

Sendo assim, o trabalhador não vê alternativa senão vender sua mão de obra para as grandes indústrias e, o que é ainda mais grave, se compreende como dependente do capital e não o contrário (MARTINS, 1980), até porque não existiria fumiicultura sem fumicultores. Ou seja, sem o trabalho árduo na lavoura diária não há matéria-prima para a indústria que, apesar de se colocar em posição de superioridade, na realidade, é extremamente dependente do trabalho familiar.

Sobre a superexploração do trabalho dentro da cadeia produtiva do fumo, Vargas e Oliveira (2012) afirmam que a produção de fumo demanda muito mais trabalho do que outras culturas temporárias – a exemplo, milho e feijão. Vargas e Oliveira (2012, p. 188) ainda revelam, para estudo realizado na região do Vale do Rio Pardo - RS, que:

Cabe destacar, também, que dados divulgados pela Afubra demonstram que os custos estimados para produção de tabaco são cerca de cinco vezes maiores do que os custos associados à produção de milho e cerca de seis vezes acima dos custos com a produção de feijão.

Nesse mesmo estudo, Vargas e Oliveira (2012) revelam que, apesar da cultura do fumo realmente apresentar um valor bruto maior do que outras culturas associadas às pequenas propriedades, o que seduz os agricultores a adentrarem nessa cadeia produtiva, como possui alto custo de produção, acaba representando uma renda líquida – e que vale ressaltar, é a renda que realmente importa, pois é aquela que permite que o agricultor tenha poder real de compra – menor do que as outras culturas temporárias estudadas – como arroz, batatinha, cebola, erva mate, feijão, hortifrutigranjeiros, entre outros. Esse fato coloca em xeque o argumento de que a fumiicultura traz de fato enriquecimento para aqueles que a produzem; muito pelo contrário, existem casos de pessoas que se suicidaram devido ao endividamento ao qual são expostas na cadeia produtiva do fumo (MURAKAMI *et al.*, 2017).

5.2. Relação entre o SIPT, trabalho infantil e condições análogas à escravidão

Outra situação encontrada na organização do seio familiar dos fumicultores é a presença do trabalho infantil, onde “produtores que têm filhos menores de 18 anos disseram que estes trabalham tanto quanto os adultos” (DE CASTRO, MONTEIRO, 2016, p. 797). A temática do trabalho infantil preocupa os fumicultores, que “referiram estar cientes de que o melhor seria que os filhos pudessem apenas estudar, mas que, na agricultura familiar, isso nem sempre é possível” (IDEM, p. 797). Em levantamento feito pelo Ministério Público do Trabalho–MPT em 2009 acerca do trabalho infantil, 150 mil crianças pertenciam a famílias que trabalhavam com a produção de fumo no Brasil e, segundo a ex-procuradora do MPT Margaret Matos, o baixo preço pago aos fumicultores seria a razão fundamental para que as crianças tivessem que exercer atividades dentro da produção. Matos ainda ressaltou que “se as famílias não envolverem as crianças e por não poderem arcar com os custos da contratação eventual de terceiros, elas não atingem as metas exigidas pelas indústrias no sistema de integração” (DESER, 2009, p. 3).

O contexto da fumicultura apresentado até aqui é passível de ocorrer no campo de Canguçu-RS nos moldes destacados, vide o baixo grau de escolaridade dos produtores: segundo o Censo Agropecuário elaborado pelo IBGE em 2017, dos 8.075 estabelecimentos agropecuários do município, em 7.315 deles o produtor responsável pelo estabelecimento possui, no máximo, o ensino fundamental completo. Isso pode dar indícios das dificuldades que as crianças envolvidas com a cultura do fumo encontram e que as impossibilitam de frequentar a escola.

As condições de vida da população rural em Canguçu aparentam ser de extrema dificuldade, pois os problemas relatados neste estudo com relação à falta de infraestrutura no campo sul-rio-grandense materializam-se também no município. São diversas carências que levam, inclusive, ao êxodo rural da parcela jovem dos habitantes, como falta de escolas, de pavimentação nas ruas, de transporte público e também de postos de saúde (DUTRA, 2015). Isso pode gerar contra-argumentos de que essa situação da baixa escolaridade dos agricultores não pode ser depositada única e exclusivamente pela organização do trabalho na fumicultura. Porém, mesmo que essa situação não seja de total responsabilidade do setor estudado, este não parece oferecer potencial para mudar a situação vigente.

A respeito da superexploração da força de trabalho, sua ocorrência torna possível que as empresas extraiam ainda mais lucro mediante os baixos salários e, até mesmo, mediante relações análogas à escravidão, que apesar da crueldade, como bem salienta Castillo *et al.* (2016), dotam o lugar de alta competitividade já que diminuem o preço gasto na cadeia produtiva. Outro problema que se apresenta é o desenvolvimento de uma psicosfera alinhada à tecnosfera (SANTOS, 1996), o que gera um pensamento coletivo favorável ao avanço do agronegócio. Este processo se dá em detrimento da realização de políticas públicas de democratização do acesso às terras (FACCIN, 2017). É perceptível que a grande indústria trabalha no sentido de manipular a opinião das massas. Como exemplo temos os comerciais televisivos que veiculam informações positivas acerca do agronegócio (AGRO É POP), mascarando muito de suas problemáticas – inclusive, as abordadas neste estudo.

Devido à dinâmica apresentada na cadeia produtiva do setor fumageiro, se torna evidente que o elo mais fraco são os produtores, que se sujeitam a condições de trabalho deveras desgastantes e, quando não, análogas à escravidão. Ainda referente a isso, um fato que é importante de ser evidenciado é o da extinção do Ministério do Trabalho no ano de 2019 como uma das primeiras ações do governo Bolsonaro, determinada pela Medida Provisória 870/19 que, por sua vez, prejudica a fiscalização das relações trabalhistas no país, além da edição de normas protetivas ao trabalhador (AGÊNCIA SENADO, 2019). Como apontam Girardi *et al.* (2014), o setor agrário sofre duplamente com questões de suscetibilidades socioespaciais, sendo elas o trabalho análogo à escravidão – que ainda se manifesta no campo, segundo estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – e a causas estruturais intimamente vinculadas à questão agrária do país, como a extrema pobreza e o impedimento a posse de terras. Essas problemáticas se tornam ainda mais críticas devido ao desmonte do principal órgão de fiscalização do trabalho no Brasil, tornando o campo ainda mais vulnerável às dinâmicas exploratórias do capital globalizado.

5.3. Fumicultura e agrotóxicos

Vargas e Oliveira (2012) indicam que existem inúmeros reflexos da produção de fumo em questões relacionadas a danos causados à saúde dos agricultores, devido ao largo uso de agrotóxicos demandados na produção, além do trabalho intensivo que, como já apontado, muitas vezes envolve a utilização de mão de obra infantil. Ou seja, é

reconhecido que o trabalho na lavoura de fumo apresenta danos à saúde daqueles envolvidos com a cultura.

O cultivo do tabaco expõe os agricultores a diversos tipos de agrotóxicos de alta toxicidade, como herbicidas, inseticidas, fungicidas e antibrotante, que têm de ser aplicados diversas vezes durante o ciclo da cultura (MURAKAMI *et al.*, 2017). Além disto, há também doenças relacionadas ao contato direto com o tabaco, como a doença da folha verde, decorrente da intoxicação por nicotina, que tem como sintomas vômitos, tonturas, confusão mental, náuseas e tremores (MURAKAMI *et al.*, 2017).

Murakami *et al.* (2017, p. 567) ainda relatam sobre o dia a dia na cultura do tabaco:

Há muitas lacunas no conhecimento sobre a exposição combinada a agrotóxicos. Os estudos de toxicidade avaliam apenas a exposição a um ingrediente ativo isolado em animais de laboratório, com uma única via de exposição. No trabalho agrícola, porém, ocorrem exposições combinadas ou multiexposição a agrotóxicos.

As autoras afirmam que a exposição por algum tempo aos agrotóxicos pode causar câncer – de cérebro, próstata, rim etc. –, doenças neurológicas, hepáticas, renais, respiratórias, imunológicas, endócrinas, alterações mutagênicas, teratogênicas, genotóxicas (MURAKAMI *et al.*, 2017, p. 569), além de gerar risco de que crianças filhas dos trabalhadores contaminados desenvolvam câncer, pré ou pós-natal. (BASSIL *et al.*, 2007). Também são danos associados ao uso intensivo de agrotóxicos a presença de síndromes neurocomportamentais e distúrbios neuropsiquiátricos, transtornos fortemente relacionados a casos de suicídio, como revelou estudo realizado no município de Venâncio Aires-RS (FALK *et al.*, 1996 *apud* MURAKAMI *et al.*, 2017).

O pacote tecnológico que os agricultores têm de adquirir inclui uma série de agrotóxicos, o que caracteriza, como bem pontuado por Murakami *et al.* (2017), um “processo de trabalho pré-determinado” (p. 573), ou seja, participar como produtor na cadeia produtiva de tabaco é assumir o risco imane de contaminação por agrotóxicos.

Deve-se salientar que as medidas indicadas como forma de proteger os agricultores do contato direto com agrotóxicos são os EPIs (equipamentos de proteção individual), sendo composto por máscara, avental, luva, chapéu e botas (AGOSTINETTO *et al.*, 1999). Porém, em estudo realizado com fumicultores da zona rural de Pelotas, notou-se que além de haver desconforto com a utilização dos equipamentos – como a falta de ar e calor intenso –, o que acarreta no não emprego dos acessórios, os agricultores também relataram que a empresa manda EPI apenas para uma pessoa, e não para todas as demais que irão exercer o trabalho na lavoura (SILVA *et al.*, 2013), algo comum na agricultura familiar. Essa situação dá pistas para entender os motivos que levam 51% dos fumicultores a não utilizarem os EPIs (IDEM, p. 347).

6. A DEPENDÊNCIA DE CANGUÇU COM RELAÇÃO À CULTURA DO TABACO

Após tudo que já foi construído aqui, é de extrema importância abordarmos a relação que tem o fumo com as demais culturas temporárias cultivadas no município estudado.

Figura 5. Percentual do valor da produção das lavouras de Fumo (em folha) com relação as demais culturas temporárias em Canguçu-RS



Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE. Elaboração própria

O gráfico acima revela que o município é, economicamente, muito dependente da cultura do fumo. Mesmo em anos em que houve queda percentual na importância do fumo com relação às demais culturas temporárias cultivadas no município, essa atividade produtiva nunca representou menos de 50,23% (2011). O poder executivo municipal parece agir em favor da agroindústria – mesmo com as diversas controvérsias levantadas por inúmeros pesquisadores e especialistas – quando seu representante declarou (REVISTA AGROLINK, 2019):

O tabaco é a grande locomotiva da economia de Canguçu. Observamos um grande crescimento desses agricultores em investimento na área urbana, investimento que tem ajudado a fortalecer o mercado, principalmente na construção civil. O tabaco foi um propulsor que proporcionou manter aquecida a economia local.

De fato, o setor do fumo tem grande importância econômica para a localidade e, segundo Bandeira (2016), foi responsável até mesmo por um processo de dinamização do espaço urbano da área central da cidade. Porém, a autora ressalta que o poder aquisitivo dos agricultores tem diminuído ultimamente, o que pode significar uma crise, além de que o comércio no município é incipiente e também muito dependente dos rendimentos do setor agrícola (IDEM). Há na cidade um temor em relação a uma possível ruptura com a fumicultura, e a partir daí novos desafios são postos, o mais importante deles é o da diversificação produtiva por parte dos agricultores (BANDEIRA, 2016) para diminuir assim sua dependência. Entretanto, caso isso venha a ocorrer, os produtores dependerão de suas respectivas situações financeiras, ou seja, de não estarem endividados com a agroindústria. Também será importante a obtenção de apoio financeiro das esferas Estatais – município, estado e União.

No ano de 2012, mediante toda essa problemática exposta, ocorreu no município em questão a Feira do Comércio, Indústria e Serviços de Canguçu– Fecican. Com o tema “*Nossa Terra, Nossa Gente, do Desafio do Amanhã*”, o evento visou apontar para as possibilidades contidas na diversidade de produtos realizados em Canguçu para que os agricultores passem não por um processo de ruptura, mas, sim, de transição produtiva (BANDEIRA, 2016).

Segundo relatório feito pelo Deser (2009, p. 4):

Uma análise dos diversos indicadores que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano IDH (expectativa de vida, taxa de alfabetização, taxa de frequência escolar e renda per capita), mostra que as principais áreas produtoras de fumo na região Sul apresentam média abaixo do índice estadual; e, inclusive, a taxa de frequência escolar e renda nos municípios onde predomina a atividade agrícola com o fumo são inferiores a dos municípios onde não se produz tabaco. Isso mostra que a expansão e desenvolvimento do comércio agrícola em grande escala, com mudanças nos sistemas de produção, suporte de políticas públicas e uma crescente transnacionalização do setor agrícola, favoreceram os modernos setores dominantes da agricultura latino-americana em detrimento das maiorias camponesas.

O dado, apesar de não ser específico de Canguçu, apresenta mais um fato que contradiz a fala do prefeito do município, já que no território por ele administrado, como já exposto no presente estudo, há baixa taxa de escolaridade, corroborando com a interpretação do Deser. Amadeu Bonato, coordenador técnico do Deser, relatou que a renda das famílias que não produziam fumo e que praticavam uma agricultura diversificada era superior a dos fumicultores – o que ratifica os dados levantados por Vargas e Monteiro (2012) –, apontando uma possibilidade que não obrigue o agricultor a se sujeitar ao sistema integrado de produção de tabaco.

Em outra entrevista, agora ao jornal IHU online⁵(2016), Bonato fez alguns apontamentos que merecem nossa atenção. Segundo ele, a falta de políticas locais que visem o desenvolvimento sustentável, a inexistência de alternativas viáveis para substituir o fumo, assim como a ausência de apoio – estatal – para garantir a comercialização de produtos faz com que os agricultores continuem se sujeitando às condições vigentes de trabalho. Com relação à comercialização do fumo no município, o pesquisador ainda alerta que o capital que é gerado não produz necessariamente desenvolvimento local, já que muitas vezes o processamento do fumo que lhe agregará maior valor não é realizado na cidade produtora (IDEM).

Outro ponto importante a ser ressaltado é que o modo de produção caracterizado pelo Sistema Integrado com a Agroindústria se apresenta como uma tentativa dos pequenos agricultores manterem-se em suas terras, já que sem a ajuda do Estado se torna difícil a diversificação da produção, além de sua comercialização (DAVID, 2005). A grande questão é que o discurso da agroindústria omite a realidade que será enfrentada após os agricultores adentrarem o sistema.

A falta de atuação do poder público, da esfera municipal a nacional, permite que outras entidades – Afubra, Sinditabaco, Sindicato dos trabalhadores rurais – atuem na regulação do território (DUTRA, 2015), o que desampara os agricultores e os deixa a mercê de disputas muitas vezes mercadológicas.

⁵ Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/559453-agricultura-familiar-e-o-cultivo-do-fumo-mais-de-tres-seculos-de-dependencia-economica-entrevista-especial-com-amadeu-bonato>>.

6.1 Análise evolutiva da estrutura fundiária do município de Canguçu entre 2006 e 2017

Para avanço do estudo, é importante que se demonstre, mediante uma sucinta série histórica, as mudanças na estrutura fundiária de Canguçu em relação ao censo Agropecuário de 2006 e de 2017.

Tabela 6. Quantidade de Estabelecimentos Agropecuários no Município de Canguçu-RS com Relação ao Estrato da Agricultura Familiar.

Anos	2006	2017
Total de Estabelecimentos	9881	8775
Agricultura Familiar	8075	6691

Fonte: Censo agropecuário IBGE de 2006 e 2017 (organizado pelo autor).

A tabela acima demonstra que, entre os dados coletados pelo Censo Agropecuário do IBGE de 2006 e 2017, 1.106 estabelecimentos agropecuários – dos 9.881 existentes em 2006 – deixaram de existir no município de Canguçu. Porém, o que mais chama atenção é que essa redução foi consideravelmente maior entre os estabelecimentos que pertencem ao grupo da agricultura familiar: dos 8.075 estabelecimentos existentes em 2006, apenas 6.991 continuaram a existir. Ou seja, uma redução de 1.384 estabelecimentos no intervalo de aproximadamente 11 anos, o que se apresenta como um indicativo alarmante que dá pistas das dificuldades que os pequenos agricultores encontram em tentar permanecer no campo canguçuense, onde a cultura temporária mais importante entre um considerável número de agricultores familiares é a do fumo. Tendo em vista o sistema de produção em que se realiza a cultura do tabaco – SIPT –, e todas as problemáticas relacionadas a ele, cabe a reflexão se a extrema dependência que os agricultores têm na cultura de fumo seria uma das responsáveis por esse processo que se agrava no município.

Segundo Vargas e Oliveira (2012), uma alternativa para que as cidades dependentes do fumo se tornem menos atreladas à cultura seria a diversificação produtiva. Porém, os autores ressaltam que “o peso econômico da cultura do fumo na economia local e a ausência de mais estudos que apontem para a viabilidade econômica de culturas alternativas são fatores que limitam o alcance de tais iniciativas de

diversificação” (IDEM, p. 177). Além disso, defendem tais autores que a importância da diversificação extrapola apenas a questão financeira imediata, pois também se faz necessário o debate sobre um novo modelo de desenvolvimento, passando por um processo de ressignificação e resgate da agricultura familiar (IDEM, 2012).

Outro fator que é levantado por Vargas e Oliveira (2012) é o de que na região do Vale do Rio Pardo os fumicultores têm mais acesso ao PRONAF (Programa Nacional De Fortalecimento Da Agricultura Familiar) custeio e ao PRONAF investimento do que os não fumicultores. Esse fato prejudica, assim, uma possível transição e substituição da cultura do fumo, além de apontar mais uma vez para a função que o poder Estatal tem na manutenção e desenvolvimento da estrutura do Sistema Integrado de Produção e faz indagar se o mesmo também ocorre em Canguçu.

Apesar do trecho acima não abordar especificamente o município de Canguçu, se faz importante a apresentação desse estudo de caso, pois a situação aparenta se repetir nas demais localidades onde se realiza a produção de tabaco. Segundo Etges (1991), o fato de apenas a fumicultura receber financiamento e também de ter mercado garantido, bem como apresentar preço previamente estipulado, faz com que haja a monopolização do território pelas indústrias, que organizam o espaço agrário de forma a inviabilizar outras culturas. Ao que tudo indica, há confluência entre a ação dos organismos Estatais e os interesses das fumageiras transnacionais, fato que, para Etges (1991), subjuga o futuro dos fumicultores aos interesses da indústria.

Ainda há, segundo Olalde e Portugal (2005), grandes divergências entre o modelo proposto para uma agricultura familiar diversificada que dote o agricultor de certa autonomia e que possibilite um uso sustentável dos recursos naturais e aquela agricultura familiar que se apresenta voltada para a lógica mercadológica, como atualmente é o caso de Canguçu. Na esteira da sustentabilidade, Herrera (*apud* DAGNINO, 2000) – assim como Furtado (1974) também o fez – argumenta que a visão de progresso em que todos os países tidos como “em desenvolvimento” terminem seu processo, isto é, se tornem desenvolvidos, dentro da dinâmica capitalista não passa de puro discurso de *marketing*. Isto porque não há recursos naturais suficientes para atender às necessidades de consumo dessa sociedade hipotética (HERRERA *apud* DAGNINO, 2000). O autor também reforça que a sociedade deve adotar um modo de vida baseado na austeridade se tiver como objetivo continuar a viver plenamente neste

planeta. Logo, se torna essencial abandonar a visão que data do século XVIII de que os recursos naturais seriam inesgotáveis, pois já há conhecimento de que eles não o são (IDEM, 2000). Esses fatos reforçam a importância da criação de políticas públicas que possibilitem a adoção de um modelo de produção sustentável, diferente do que está posto pela lógica do agronegócio globalizado, que por sua vez, se manifesta no campo canguçuense.

Portanto, pensar um novo modelo de agricultura se faz necessário tanto do ponto de vista da saúde dos fumicultores como do meio ambiente no qual a produção se realiza. Não aparenta ser mera casualidade que os países periféricos da economia capitalista se tornaram responsáveis por 85% da produção mundial de fumo, enquanto que os países de centro da economia reduziram o cultivo em suas terras (VARGAS, OLIVEIRA, 2012). Ao que tudo indica, a cultura migrou em busca de condições mais favoráveis para seu desenvolvimento. Logo, há uma realocação espacial produtiva em busca de oferta de mão de obra barata, assim como de legislações ambientais mais frouxas, como é o caso do Brasil, vide o projeto de lei 6.299/2002, conhecido como o PL do Veneno, que está em tramitação no Congresso e que tem como objetivo permitir que diversos agrotóxicos recebam automaticamente registro, possibilitando sua utilização indiscriminada (O GLOBO, 2018⁶). Concomitantemente ao projeto de lei abordado, há a iniciativa do atual ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, de flexibilizar a legislação ambiental do país em um momento que é, segundo ele, uma “*oportunidade*” para “ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas (ambientais) [...] de baciada” (EL PAÍS, 2020⁷).

As medidas expostas caminham no sentido de favorecer a manutenção da estrutura dos países que cultivam a velha lógica de vantagens comparativas, lógica em que os baixos lucros e os grandes danos ambientais são reservados aos países pobres, que oferecem sua população, suas matérias-primas e solos para serem transformados por indústrias dos países de centro da economia capitalista. Esses, por sua vez, irão acumular a maior parte dos lucros mediante a valorização do produto, conforme aponta

⁶ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/ministerio-da-agricultura-aprova-registro-de-agrotoxicos-de-alta-toxicidade->>.

⁷ Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-22/salles-ve-oportunidade-com-coronavirus-para-passar-de-boiada-desregulacao-da-protecao-ao-meio-ambiente.html>>.

Furtado (1974), aprofundando ainda mais a condição de pobreza e desigualdade nos países pobres.

6.2. A vulnerabilidade territorial

Outro conceito que nos parece ser primordial para o entendimento da realidade vivenciada na fumicultura é o de vulnerabilidade territorial, cunhado por Denise Elias (2007) quando essa analisou as implicações espaciais da expansão do complexo soja no Mato Grosso do Sul. Segundo a autora, há nas cidades do agronegócio uma forte especialização produtiva, que tem como objetivo aumentar então a competitividade do lugar frente à dinâmica capitalista global. Vale ressaltar que o processo de especialização do lugar faz parte também da divisão territorial e social do trabalho (ELIAS, PEQUENO, 2007), já que tende a determinar as condições de organização e reprodução dos espaços no mundo. Tal processo é passível de ser observado em Canguçu.

Faccin (2017), abordando o conceito de vulnerabilidade territorial, entende que basear a economia de um estado – assim como de municípios – no setor primário já é, por si só, fator de vulnerabilidade territorial, devido às inúmeras imprevisibilidades as quais estão sujeitas o setor primário, como, por exemplo, uma possível excepcionalidade climática que colocaria em risco toda a safra. Porém, ainda há um agravante quando estamos tratando de cidades do agronegócio – como é o caso de Canguçu –, já que, segundo Elias (2007), são ainda mais vulneráveis, pois ficam dependentes de acontecimentos que lhes escapam ao controle no local e até mesmo na região.

Faz-se pertinente atentar para as diversas esferas que a vulnerabilidade territorial possui (FACCIN, 2017), como, por exemplo, a das vulnerabilidades sociais: é o caso dos municípios que voltam sua produção às lógicas do grande agronegócio globalizado e que têm focado seus esforços produtivos na produção de *commodities* agrícolas, em detrimento das produções pautadas nos circuitos curtos de comercialização, representado pelas culturas alimentícias. Além disso, o baixo salário recebido pelos trabalhadores e a situação de instabilidade econômica das culturas atreladas ao agronegócio globalizado os coloca em extrema situação de risco. Há ainda as

vulnerabilidades ambientais, como o grande despejo de agrotóxicos no solo⁸ que conseqüentemente irá para os leitos dos rios e acabará sendo consumido pelos seres humanos, destruindo diversos ecossistemas nesse processo.

Há relação de proporcionalidade entre o aumento da competitividade e o aumento da vulnerabilidade (FACCIN, 2017, p. 22). Ou seja, quanto mais o município de Canguçu se tornar competitivo e dependente da cultura do fumo, maiores serão os problemas que a cidade enfrentará relacionados às diversas esferas de vulnerabilidade.

7. ESTADO MODERNO E A SUJEIÇÃO DO CAMPO AO CAPITAL TRANSNACIONAL

Há outro fato nessa sujeição, que apresenta raízes históricas, tendo como marco a modernização conservadora do campo datada do século passado, que foi responsável por tornar quase inviável a vida dos agricultores familiares, gerando em alguns casos o êxodo dessa população que não via possibilidade de competir com os grandes latifúndios mecanizados (BROSE, 1999). Acerca desse processo, David (2005, p. 55) argumenta que:

Com o avanço da agricultura moderna, transformaram-se as relações produtivas no espaço, articulando-se formas de produção, coexistindo, num mesmo espaço agrário, atividades tradicionais e modernas e ampliando as contradições que se expressam no acirramento dos conflitos agrários (...).

De modo geral, não há historicamente por parte do poder Estatal o ímpeto de encarar na agricultura familiar possibilidades diversas que extrapolem as questões meramente mercadológicas. Fazem-se necessárias políticas de Estado que deem relevo às possibilidades que as formas de organização características dos pequenos produtores abrem no sentido de garantir alimentos de qualidade, manter o tecido econômico e social rural além de preservar o meio ambiente (LAURENT, 2000 *apud* FROEHLICH *et al.*, 2005, p. 178).

É importante continuar a destacar o papel que teve o Estado brasileiro durante a ditadura militar (1964 – 1985) para que fosse possível o avanço do SIPT no campo sul-rio-

⁸ Vale lembrar que o uso de agrotóxicos em larga escala é condição do modelo de agricultura organizado pela lógica do agronegócio.

grandense. Entender a ação estatal no período ditatorial ajuda até mesmo a compreender o papel que o Estado tem hoje na organização do território, uma vez que naquele período se acirraram as questões agrárias no país como um todo (DAVID, 2005). Exemplo prático disso foi o Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR (1965), principal fonte de crédito Estatal que beneficiou os grandes latifundiários em detrimento dos pequenos proprietários de terra, acirrando então as discrepâncias em nível de produtividade entre os dois modelos – o da pequena propriedade e o do latifúndio. O SNCR possibilitou a mecanização dos latifúndios, ampliando ainda mais a pobreza entre o grupo dos pequenos produtores, tendo como reflexo prático o aumento da concentração fundiária. No fim, esse movimento significou a preparação do campo para o avanço de sua sujeição no mercado capitalista global (DAVID, 2005), com ação direta do Estado em prol desse processo.

É significativo apontar que em meados dos anos 1960, o capitalismo se reformulou numa fase pós-fordista ou de acumulação flexível – a qual não se caracteriza mais pela grande empresa fordista concentradora de toda a cadeia produtiva, e sim por sua fragmentação produtiva espacial em busca de condições de trabalho mais interessantes para a empresa (BENKO, 1999). A presença de estabelecimentos familiares rurais fragilizados permitiu ao capital globalizado ampliar seu poder dentro do seio da organização da agricultura familiar, lhe propiciando, desta forma, mais baixos custos, útil à lógica da fragmentação produtivo-espacial, e, ao que tudo indica, aparenta ser mais um fator que ajuda a explicar o avanço recente da fumicultura no país.

Ainda nessa esteira, David e Corrêa (2002, p. 25) ressaltam Delgado (1985) com a finalidade de ressaltar a função que o Estado burguês tem na manutenção das desigualdades sociais:

A regulação econômica capitalista se efetiva em várias esferas, assim descritas por Delgado (1985): - Esfera Normativa: ao Estado cabe legislar e normatizar as bases contratuais sobre as quais se estabelecem as relações de trabalho e de propriedade no meio rural. Exemplificam essa normatização o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº. 4.214, de 2 de março de 1963) e o Estatuto da Terra (Lei nº. 4.504, de dezembro de 1964).

Com a participação do Brasil na Convenção Quadro para o Controle do Tabaco, firmado em 2005, o país assumiu a responsabilidade de elaborar medidas para reduzir a produção de tabaco (SILVEIRA, 2015, p. 38). Mediante essa responsabilidade, criou-se o Programa Nacional de Diversificação de Áreas Cultivadas com Tabaco, com

a finalidade de elaborar medidas que auxiliem os fumicultores no processo de diversificação produtiva. Porém, até o ano de 2010, o país realizou investimentos de cerca de 15 milhões de reais no programa. Enquanto isso, apenas no ano de 2011, o Estado arrecadou 9 bilhões em impostos cobrados sobre a produção de tabaco e cigarros (SILVEIRA, 2015, p. 39). Ou seja, mediante as atitudes tomadas pelo país, demonstra-se que existe pouco ou quase nenhum interesse por parte dos governos de realmente auxiliarem os agricultores, fato que reforça a importância que tem o capital frente às pessoas.

7.1. As novas relações de trabalho

Ressaltando a esfera estatal, Valadares *et al.* (2017) atentam para o fato de que a versão final da reforma trabalhista, inscrita na lei nº 13,467/2017, além de representar o avanço da possibilidade da terceirização trabalhista, ainda, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), não contou com consultas prévias a quaisquer tipos de organizações que representam trabalhadores e empregadores e, dessa forma, se constituiu em uma violação à Convenção Internacional nº144, sendo o Brasil signatário desde 1994 (IDEM). Além disso, segundo os autores (IDEM, p. 97):

Em 2015, existiam cerca de 13,5 milhões de trabalhadores em atividades agrícolas, dos quais mais de dois terços eram agricultores familiares, atuando na posição de conta própria, autoconsumo ou trabalho não remunerado. Entre os 3,9 milhões que estavam inseridos em relações assalariadas (empregados), apenas 40% tinham carteira de trabalho assinada. Em outras palavras, somente 12% do contingente de ocupados em atividades agrícolas tinham empregos formais.

Apesar da maior parte dos agricultores rurais não terem registro profissional conforme a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, há reflexos que podem atingi-los mesmo assim, como apontam os autores, já que uma relevante parcela dos produtores realiza trabalhos informais e, mesmo que não estejam sob o leque da legislação trabalhista, os motes legais dessa servem para orientar os contratos informais que são firmados (VALADARES *et al.*, 2017). Seguindo esse raciocínio, a flexibilização das relações formais de trabalho tende a tornar ainda mais precários os vínculos informais, situação que é agravada devido à falta de representação sindical e a quase inexistência de regras protetivas que poderiam de alguma forma balizar as relações do trabalho informal (VALADARES *et al.*, 2017, p. 98).

A respeito da possibilidade de terceirização consolidada pelas novas leis trabalhistas, Filgueiras (2014, p. 7) relata que há intensa relação entre o trabalho análogo à escravidão e o trabalho terceirizado no campo, pois, segundo dados do Departamento de Erradicação do Trabalho Escravo (DETRAE/MTE), 90% dos trabalhadores que foram resgatados entre os anos de 2010 e 2014 em um grupo que reúne os dez maiores flagrantes de trabalho escravo no campo, eram terceirizados.

Os autores ainda alertaram que as situações dos trabalhadores do campo poderiam se tornar ainda mais precárias caso outras reformas que tramitavam na Câmara como a do “*teto dos gastos*” (Emenda Constitucional no 95/2016) e a reforma da Previdência (Proposta de Emenda à Constituição no 287/2016 – substitutivo A) fossem aprovadas (VALADARES *et al.*, p. 99), o que no caso ocorreu, ou seja, ao que tudo indica, a situação para o futuro tende a agravar-se.

Outro ponto crucial levantado pelos autores são as propostas legislativas como o Projeto de Lei no 2.464/2015 e o Projeto de Lei no 3.842/2012 que, “[ao retirarem] da definição legal de exploração de trabalho análogo à escravidão as expressões ‘jornada exaustiva’ e ‘condição degradante de trabalho’, podem, no futuro próximo, dificultar severamente as ações da fiscalização do trabalho” (VALADARES *et al.*, 2017, p. 101). Vale lembrar que no momento em que escreviam o artigo citado, os autores não poderiam prever que outra medida predatória do ponto de vista da fiscalização das condições do trabalho viria a ocorrer, que foi a extinção do Ministério do Trabalho no governo Bolsonaro, como salientado neste trabalho.

7.2. Campo e relações de trabalho: uma reflexão teórica

É necessário realizar uma reflexão acerca da forma como o capitalismo se comporta de maneira geral, no sentido de tentar esclarecer como evoluíram as relações do capital no campo. Sobre isso, “a tendência do capital é a de tomar conta progressivamente de todos os ramos e setores da produção, no campo e na cidade, na agricultura e na indústria” (MARTINS, 1980, p. 152), ou seja, é interessante tentar compreender qual é o significado espacial disso nos dias atuais, com relação à fomicultura. Martins (1980) discute ainda que, para que as relações de trabalho se deem no capitalismo, os indivíduos devem ser considerados iguais, ou seja, uns são livres para vender sua mão de obra e outros são livres para comprar essa

mão de obra. Uma relação de aparente simbiose entre proletários e capitalistas, dentro da lógica da propriedade.

Porém, no campo existem grandes complexidades nas formas como essas ações se materializam. A exemplo, Etges (1991) observou práticas associadas à cadeia produtiva do fumo em que coexistem de forma dialética o campesinato e relações propriamente capitalistas de trabalho. A autora ainda ressalta que seria essencial que se mantivessem as relações de campesinato, ou seja, que os agricultores fossem capazes de produzir sua subsistência para que a indústria conseguisse manter a relação de exploração associada ao Sistema Integrado de Produção, já que com apenas a remuneração no SIPT talvez não fosse possível sobreviver.

No fim do século passado, Oliveira (1996) escreveu sobre essa mesma dinâmica existente na fumicultura que se realizava no sul do país, onde pontuou que “o capital monopoliza(va) o território sem, entretanto, territorializar-se” (p. 477). Ou seja, segundo o autor, a indústria organizaria o território com a finalidade de extrair a mais-valia sem fixar-se ou, em outras palavras, sem a necessidade de aplicar seu capital na compra de terras, utilizando a própria dinâmica cultural local a seu favor.

A grande questão que se torna emblemática diz respeito a uma possível mudança de estrutura de sujeição, em que os trabalhadores são expulsos de sua condição de campesinato onde antes havia ganhado da indústria com isso. O espaço geográfico em si é totalidade em processo constante de totalização (SANTOS, 1996), ou seja, está sempre se alterando, se fazendo espaço, e da mesma forma se alteram as relações espaciais, em especial, nos interessa as que se dão entre os fumicultores e a agroindústria fumageira.

Martins (1980) indica que, dentro do processo capitalista, há o pagamento de fração do lucro por parte do capitalista para o proletário para que esse último possa realizar a reprodução de sua força de trabalho, e, ainda, que o capitalista reinventa sua forma de acumulação de mais valia, para que sua reprodução como capitalista continue a existir. Concomitantemente a isso, temos a reforma trabalhista que possibilita a erosão constante das relações de trabalho, gerando ainda mais brechas para que se exerçam modelos de trabalho informais que, por sua vez, possibilitam maior endividamento por parte dos agricultores, em especial os de tabaco. O que se propõe aqui é que graças a isso a agroindústria poderia então se apropriar das terras dos

trabalhadores bem como da sua força de trabalho, conformando assim uma nova forma de exercer sua territorialidade.

7.3. Land Grabbing

A prática atual de *land grabbing*, que se trata, em linhas gerais, da comercialização de terras por indústrias nacionais e transnacionais ao redor do mundo (BORRAS JR *et al.*, 2011), pode ser responsável por tornar atrativa para a indústria fumageira alterar sua prática e passar a possuir terras. Este movimento – *land grabbing* –, como apontam Boechat *et al.* (2017), faz parte de um processo mundial de corrida por terras em resposta às crises alimentar, energética, ambiental e financeira. Foi iniciado a partir das primeiras décadas do século e aprofundado a partir da crise imobiliária de 2007/2008.

Borras Jr. *et al.* (2011, p. 209) atentam que:

Poderosos atores econômicos de corporações nacionais e transnacionais bem como governos nacionais e fundos de investimento privado tem procurado por terras “vazias”, frequentemente em países distantes, que poderão servir como pontos de produção de comida e combustível em eventos futuros de elevação de preços. Isso ocorre globalmente, mas há uma clara dinâmica Norte-Sul que ecoa nos land grabbings que transcrevem tanto colonialismo como imperialismo⁹. (tradução nossa)

Ou seja, os principais agentes do processo são os governos nacionais, fundos de investimentos privados, atores econômicos de corporações nacionais e transnacionais, mantendo como *modus operandi* a dinâmica de exploração estabelecida entre países ricos e países pobres. Boechat *et al.* (2017, p. 81) aponta sobre o esforço de cunhar uma definição teórica do processo de *land grabbing* que caminha em confluência com as ideias deste estudo, pois indicam que:

land grabbings seria sua compreensão como parte das estratégias da dinâmica de acumulação do capital, respondendo à convergência de múltiplas crises: alimentar, energética, climática e financeira. De um lado, o investimento em terras seria uma nova e mais segura oportunidade e, de outro, seria motivado pelas crescentes necessidades dos mais novos conglomerados do capital mundial especialmente no bloco das principais economias emergentes (BRICs) e em alguns poderosos países de renda intermediária (MICs).

⁹ Powerful transnational and national economic actors from corporations to national governments and private equity funds have searched for ‘empty’ land often in distant countries that can serve as sites for fuel and food production in the event of future price spikes. This is occurring globally, but there is a clear North–South dynamic that echoes the land grabs that underwrote both colonialism and imperialism.

Além disso, os autores atentam para uma tendência (BOECHAT *et al.*, 2017, p. 81): “ascensão de lavouras temporárias de uso variado (flex crops) entraria neste bojo representando a possibilidade de variar o investimento produtivo feito conforme as novas e dinâmicas necessidades do mercado e suas crises”, ou seja, segundo a nova dinâmica do capital, adquirir as terras dos agricultores canguçuenses pode representar maior possibilidade de adaptação do campo as suas necessidades, sem os impasses humanos que, por sua vez, seriam representados pelos agricultores familiares. Esse processo também pode ser interpretado como a “integração vertical do agronegócio a produzir lavouras flexíveis, variando a sua destinação seja para a produção de alimentos, seja de rações ou mesmo de combustíveis.” (WHITE *et al.*, 2012, p. 627-630).

O *land grabbing* é considerado pelo Banco Mundial como forma de geração de empregos (BOECHAT *et al.*, 2017). Porém, o que ocorre na realidade é a expulsão e expropriação dos agricultores sem que eles sejam absorvidos pelo mercado de trabalho (WHITE *et al.*, 2012, p. 624). Essa prática se mostra como fazendo parte do leque da acumulação por espoliação (HARVEY, 2004). Isso posto, é necessário o aprofundamento em campo de estudos correlatos a este, para que seja possível desvelar outras perversidades sofridas pelo povo do campo, em especial, no município aqui estudado.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda a bibliografia analisada até aqui, assim como os dados finais do Censo Agropecuário IBGE 2017, reforça a pergunta inicial deste trabalho e, longe de traçar respostas conclusivas, notou-se que há grande complexidade na dinâmica que envolve os trabalhadores rurais e a indústria fumageira no município de Canguçu. Sendo assim, faz-se essencial a realização de pesquisa de campo, com a finalidade de obter melhor compreensão dos reflexos práticos da organização do trabalho na vida dos fumicultores canguçuenses. A atividade pode auxiliar, inclusive, no levantamento de dados específicos sobre a redução dos estabelecimentos agropecuários familiares e sua possível relação com o avanço da fumicultura no município. Portanto, há a possibilidade de que a pesquisa tenha continuidade.

Além disso, é necessário destacar as questões postas sobre as condições de trabalho análogas à escravidão e a possibilidade de flexibilização das relações de trabalho formal que a atual reforma trabalhista trouxe com a ampliação da terceirização do trabalho. Como apontam Valadares *et al.* (2017, p. 102), “muitos são os casos de trabalhadores resgatados que se vinculam a uma grande empresa não diretamente, mas por meio de cadeias de subcontratação”, características que se encaixam com as da organização dentro do sistema integrado de produção.

O estudo corroborou para o entendimento de que o aumento da produção de fumo em Canguçu nos últimos anos, que tornou o município o maior produtor do estado, aumentou também sua condição de vulnerabilidade (ELIAS, 2007; FACCIN, 2017), podendo acirrar os diversos danos à vida humana e ao meio ambiente, que são reflexos característicos das culturas ligadas ao agronegócio.

Sobre o processo de concentração fundiária, é possível que o endividamento dos fumicultores sob a lógica de exploração do SIPT que, por sua vez, está inserida na dinâmica global da *acumulação por espoliação* (HARVEY, 2004), acabe por erodir ainda mais as condições de vida dos agricultores. Este fato, ou seja, a precarização da vida dos trabalhadores, poderia contribuir para reforçar a hipótese de que as pequenas propriedades fundiárias estejam sujeitas à aquisição ou tomada por agentes da grande indústria de tabaco, como apontam os dados da redução nos últimos anos dos estabelecimentos pertencentes ao grupo da agricultura familiar no município de Canguçu .

Como ressaltam Vargas e Oliveira (2012), é imprescindível pensar o futuro daqueles que dependem do fumo. É preciso pensar na diversificação produtiva e que, se possível, tenha vinculação com circuitos curtos de comercialização (FACCIN, 2017), trazendo real possibilidade de melhora das condições de vida dos fumicultores, assim como de práticas de cultivo sem ligação com o agronegócio. Isto posto, é importante que se viabilizem práticas de cultivo menos agressivas ao meio ambiente e a saúde dos indivíduos, estejam eles envolvidos ou não na produção, e essa é, ou deveria ser, função fundamental do Estado.

Para finalizar a reflexão, é relevante destacar que o capital tem como tendência expandir-se para continuar a existir e nesse processo tende a dominar e subordinar toda cadeia produtiva (MARTINS, 1980), da posse da terra ao processamento da matéria-prima. Deste modo, é intrínseca à dinâmica capitalista que,

mais cedo ou mais tarde, os agricultores familiares tenham suas terras adquiridas neste processo, caso não haja resistência por parte dos indivíduos e/ou por parte do organismo Estatal. Martins (1980) ainda atenta que a terra apropriada pelo capital e, dessa forma, atendendo aos seus interesses, opera como se fosse capital.

Segundo a dinâmica de sujeição existente em Canguçu, ao capitalista será dada a oportunidade de adquirir terras sem ter que empenhar sua mais-valia nisso, já que podem recorrer à justiça pra tomá-las dos agricultores, como forma de arresto e assim ter garantido seu direito de "se assenhorar de uma parte da mais-valia social" (MARTINS, 1980, p. 166), essa que é proveniente da renda da terra. A sociedade necessita da terra para reproduzir-se e, à medida que a população cresce, também crescem as demandas, o que gera valorização da propriedade fundiária, podendo representar investimento seguro para o capital.

Fato que reforça esse entendimento é a evolução atual da prática do *land grabbing*, em que o capital apropria-se de terras ao redor do mundo para diversificar seus investimentos. Aqui é importante lembrar de reflexão de Boechat *et al.* (2017, p.81), citação em que os autores reforçam que a: “ascensão de lavouras temporárias de uso variado (flex crops) entraria neste bojo representando a possibilidade de variar o investimento produtivo feito conforme as novas e dinâmicas necessidades do mercado e suas crises”.

Longe de naturalizar essas questões, é importante frisar que a desvinculação dos produtores da dinâmica exploratória do fumo pode gerar melhoraria em suas condições de vida e ainda representar uma estratégia fundamental de resistência, e este trabalho tenta tanto desvelar quanto desnaturalizar ainda mais essa dinâmica de exploração, além de gerar documento no sentido de proteção dos trabalhadores rurais. É considerável refletir sobre a possibilidade de estar se criando em Canguçu – bem como em outras localidades – um exército de reserva de terras, como estratégia do capital para continuar a renovar-se e criar formas atualizadas de investimento por meio da financeirização do mundo. De Souza Martins (1980, p. 177) já alertava no fim do século passado que “o novo barão da terra, (é) o grande capital nacional e multinacional”. Deste modo, é função da Geografia construir bases sólidas que busquem interpretar as dialéticas espaciais no sentido de desvelar relações que permitam uma mais completa interpretação de mundo. Foi com essas inspirações que se desenhou este trabalho.

Eduardo Galeano (2019, p. 344) aponta que “o subdesenvolvimento latino-americano não é uma etapa no caminho do desenvolvimento, ainda que se ‘modernizem’ suas deformidades; progride a região sem se libertar da estrutura do atraso”. Sendo assim, se torna fundamental pensar o território enquanto habitado por pessoas e não apenas por números frios. Números que, por sua vez, mascaram muito o sofrimento da população mais vulnerável em nome de um progresso que não chega às mãos e às bocas dos indivíduos que habitam o espaço.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINETTO, D. et al. Utilização de equipamentos de proteção individual e intoxicações por agrotóxicos entre fumicultores do município de Pelotas-RS. **Pesticidas: Revista Ecotoxicologia e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 8, p. 45-56, 1998.

Associação dos fumicultores do Brasil. Disponível em:

<<https://afubra.com.br/fumicultura-brasil.html>>. Acesso em 15 de maio de 2020.

Agricultura familiar e o cultivo do fumo: mais de três séculos de dependência econômica. Entrevista especial com Amadeu Bonato. Disponível em:

<<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/559453-agricultura-familiar-e-o-cultivo-do-fumo-mais-de-tres-seculos-de-dependencia-economica-entrevista-especial-com-amadeu-bonato>>. Acesso em 20 de abril de 2020.

BANDEIRA, S. M. **A dinâmica do capitalismo na produção do espaço urbano: Os impactos da atividade fumageira para o setor comercial no município de Canguçu**. 2012. Dissertação de Mestrado. FURG.

BANDEIRA, S. M. A correlação da expansão do cultivo de tabaco com a dinamização do comércio a área central da cidade de Canguçu-RS. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, v. 20, n. 2, p. 07-20, 2016.

BASSIL, K. L. *et al.* Cancer health effects of pesticides: Systematic review. **Can Fam Physician**, v. 53, n. 10, p. 1704-1711, 2007.

BECKER, B. K. O Uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, B. K; COSTA, R. H.; SILVEIRA, C. B. (Orgs.). **Abordagens Políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986. p. 1-8.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. 2ª. ed., São Paulo: Hucitec, 1999.

BOECHAT, C. A; DE ALMEIDA TOLEDO, Carlos; PITTA, Fábio Teixeira. Land Grabbing e Crise do Capital: Possíveis Interseções Dos Debates. **GEOgraphia**, v. 19, n. 40, p. 75-91, 2017.

BORRAS JR, S. M. *et al.* Towards a better understanding of global land grabbing: an editorial introduction. **The Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 2, p. 209-216, 2011.

BRUM, A. J. Rio Grande do Sul: crise e perspectivas. **Livraria UNIJUI Editora**, 1988.

CASTILLO, R.; E, D.; P., D.; BUHLER, E.; PEQUENO, R. Regiões do agronegócio, novas relações campo-cidade e reestruturação urbana. **Revista da Anpege**, v. 12, n. 18, p. 265-288, 2016.

Debatedores alertam para risco à fiscalização com fim do Ministério do Trabalho.

Disponível em:
<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/04/24/debatedores-alertam-para-risco-a-fiscalizacao-com-fim-do-ministerio-do-trabalho>>. Acesso em: 9 de dezembro de 2019.

DAGNINO, R. Amilcar Herrera: um intelectual latino-americano. Campinas-SP: **UNICAMP**, 2000.

SILVEIRA, R. L. L.; DORNELLES, M.; FERRARI, S. Expansão da cultura do tabaco no sul do Brasil (1996-2006): características, mudanças e persistências na produção de tabaco e nos usos do território. **Biblio 3w: revista bibliográfica de geografia y ciencias sociales**, n. 17, p. 29, 2012.

SILVEIRA, R. L. L. A cultura do tabaco na Região Sul do Brasil: dinâmica de produção, organização espacial e características socioeconômicas. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 19, n. 2, p. 23-40, maio/ago, 2015.

DE CASTRO, L. S. P.; MONTEIRO, J K. Saúde no trabalho de fumicultores do RS: não adoce somente quem fuma, mas também quem planta. **Psicologia em Revista**, v. 22, n. 3, p. 790-813, 2016.

DESER – Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais. **Enganação ou Integração na Cadeia Produtiva do fumo?** Curitiba, Dezembro, 2009. Disponível em:

<http://www.deser.org.br/search_results.asp?criterio=fumo>. Acesso em 12 de abril de 2020.

DESER – Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais. **A fumicultura no Brasil e a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco**. Curitiba, janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.deser.org.br/pub_read.asp?id=109>. Acesso em 15 de fevereiro, 2019.

DESER – Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais. **Fumo e mercado mundial: manipulação por parte das fumageiras**. Boletim Eletrônico nº 7, fevereiro de 2013. Disponível em: <http://www.deser.org.br/documentos/imagem/FEEMMPPDF.pdf>. Acesso em 15 abril 2013.

DAVID, C. *et al.* **Estratégias de reprodução familiar em assentamentos: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural em Canguçu-RS**. 2005.

DAVID, C.; CORRÊA, W. K. A política agrária e as transformações na agricultura brasileira: de 1960 aos dias atuais. **Geosul**, v. 17, n. 33, p. 23-44, 2002.

DO AMARAL RIGON, S.; BEZERRA, I. Segurança alimentar e nutricional, agricultura familiar e compras institucionais: desafios e potencialidades. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 9, n. 2, p. 435-443, 2014.

DUTRA, É. J. S. **A produção de fumo em perspectiva: a tipologia dos produtores de fumo no município de Canguçu**, Rio Grande do Sul, Brasil. 2015.

ELIAS, D. O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional. In: MARAFON, G. J; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. (Orgs.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. p. 49-66.1 ed. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2007.

ELIAS, D; PEQUENO, Renato. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n. 1, p. 25-39, 2007.

ETGES, V. E. Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 18, n. 1, 1991.

FACCIN, A. C. T. M. Vulnerabilidade territorial e implicações sócio-espaciais da expansão do complexo soja no Mato Grosso do Sul. *Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia*, v. 15, n. 1, p. 133-156, 2017.

FILGUEIRAS, V. A. Terceirização e trabalho análogo ao escravo: coincidência. *Repórter Brasil*, v. 24, 2014.

Food and Agriculture Organization of the United Nations. Disponível em: <<http://www.fao.org/faostat/en/#home>>. Acesso em: 15 de abril de 2020.

FROEHLICH, J. M.; DULLIUS, P. R.; PIETRZACKA, R. (2005) **A Multifuncionalidade do Espaço Rural na Região Central do Rio Grande Do Sul – Dados Gerais**. Trabalho apresentado no XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural 2005.

FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. 12. Edição. São Paulo: L&PM, 1999.

GIRARDI, E. P. *et al.* Mapeamento do trabalho escravo contemporâneo no Brasil: dinâmicas recentes. *Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica*, n. 4, 2014.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY, D. **Novo imperialismo (O)**. Edições Loyola, 2004.

IBGE – Censo Agropecuário 2006. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>>. Acesso em 25 de abril de 2020.

IBGE – Censo Agropecuário 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acesso em 25 de abril de 2020.

IBGE Cidades – Cangucu: Panorama. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/cangucu/panorama>>. Acesso em 26 de abril de 2020.

IBGE - Produção agrícola municipal. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>. Acesso em 8 de outubro de 2020.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/>>. Acesso em: 16 de maio de 2020.

MURAKAMI, Y. *et al.* Intoxicação crônica por agrotóxicos em fumicultores. **Saúde em Debate**, v. 41, p. 563-576, 2017.

MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. **Encontros com a civilização brasileira**, v. 3, p. 22, 1980

MÜLLER, C. A. **A história econômica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Banrisul, 1998.

Ministério da Agricultura aprova registro de agrotóxicos de alta toxicidade.

Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/ministerio-da-agricultura-aprova-registro-de-agrotoxicos-de-alta-toxicidade-23393036?fbclid=IwAR1iiUzB8RIMgMNJV0fh0lYq17YdcixaGU-C4xd12lcVPcAINppeJK4T8MY>>. Acesso em 15 de abril de 2020.

NETO, M; PERES, J. **Ela tinha uma falsa dívida com a fumageira Alliance One. Ainda assim, se matou.** Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/01/25/divida-fumo-alliance-one/>>. Acesso em: 1 de Janeiro de 2019.

OLALDE, A R E PORTUGAL, C A. **Agricultura Familiar, Reforma Agrária e sua inserção no enfoque territorial no Brasil.** Trabalho apresentado no XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Cuiabá-MT, 2004.

PAULILO, M. I. S. **Terra à vista... e ao longe.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.

Projeto reconhece Cangucu como Capital Nacional da Agricultura Familiar. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/01/13/projeto-reconhece-cangucu-como-capital-nacional-da-agricultura-familiar>>. Acesso em 30 de julho de 2020.

Reinado do tabaco: como Cangucu se tornou o maior produtor do Brasil. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/campo-e->

lavoura/noticia/2019/02/reinado-do-tabaco-como-cangucu-se-tornou-o-maior-produtor-do-brasil-cjs52dvqe01d601mrzrlw1883.html.>. Acesso em 20 de abril de 2020.

RIQUINHO, D. L.; HENNINGTON, É. A. Sistema integrado de produção do tabaco: saúde, trabalho e condições de vida de trabalhadores rurais no Sul do Brasil. **Cad. Saúde Pública**[online]. 2016, vol.32, n.12, e00072415. Epub Dec 22, 2016. ISSN 1678-4464. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00072415>.

Salles vê “oportunidade” com coronavírus para “passar de boiada” desregulação da proteção ao meio ambiente. Disponível em:< <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-22/salles-ve-oportunidade-com-coronavirus-para-passar-de-boiada-desregulacao-da-protecao-ao-meio-ambiente.html>>. Acesso em 22 de maio de 2020.

SANTOS, M. **A natureza do espaço.** São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SACCO DOS ANJOS, F. CALDAS, N.V. A horta agonizante: mercantilização da agricultura e transformações nas práticas do autoconsumo entre famílias rurais do extremo sul gaúcho. **Revista Pensamento Plural**, v. 5, p. 151-169, jul/dez 2009.

SILVA, J. *et al.* Fumicultores da zona rural de Pelotas (RS), no Brasil: exposição ocupacional e a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI). **Saúde em Debate**, v. 37, p. 347-353, 2013.

Sinditabaco. Disponível em: <<http://www.sinditabaco.com.br/>>. Acesso em: 8 de maio de 2020.

VALADARES, A. A.; GALIZA, M.; OLIVEIRA, T. **A reforma trabalhista e o trabalho no campo.** 2017.

VARGAS, M. A.; CAMPOS, R. R. (2005). “Crop Substitution and Diversification Strategies: Empirical Evidence from Selected Brazilian Municipalities”. HNP Discussion Paper, **Economics of Tobacco Control Paper**, n. 28, The World Bank, Washington DC.

VARGAS, M. A.; OLIVEIRA, B. F. Estratégias de diversificação em áreas de cultivo de tabaco no Vale do Rio Pardo: uma análise comparativa. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 1, p. 157-174, 2012.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **XX encontro anual da ANPOCS**. GT 17. Processos sociais agrários. Caxambu–MG. Outubro, 1996.

WHITE, B.; BORRAS JR., S.; HALL, R; SCOONES, I.; WOLFORD, W. The new enclosures: critical perspectives on corporate land deals. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 619-647, 2012.

WINKEL, T. F. **Os sistemas apícolas e a agricultura familiar: um estudo de caso sobre a Cooperativa de Apicultores de Canguçu (COOMELCA), município de Canguçu, RS**. 2017. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas.